

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

**AVALIAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA NA  
ESCOLA**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Sirlei dos Santos Puton**

**Constantina, RS, Brasil  
2010**

# **AVALIAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA NA ESCOLA**

por

Sirlei dos Santos Puton

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação à Distância, Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional.**

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Renan Jacques Guterres

**Constantina, RS, Brasil  
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação à Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**AValiação como Construção Coletiva na Escola**

elaborada por  
**Sirlei dos Santos Puton**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Comissão Examinadora:**

**Clóvis Renan Jacques Guterres, Prof. Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

**Francieli Roos da Silva Ilha, Ms. (UFSM)**

**Mariglei Severo Maraschin, Ms. (UFSM)**

**Oséias Santos de Oliveira, Ms. (UFSM)**  
(suplente)

Constantina, 17 de setembro de 2010

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho primeiramente a DEUS criador, à minha família e ao povo trabalhador brasileiro que contribui muito para que a educação aconteça.

## **AGRADECIMENTOS**

Muitas pessoas merecem os agradecimentos, principalmente meu marido e companheiro de muitos anos Gilnei Puton, e minha filha Thalia dos Santos Puton, que muitas vezes se privaram da minha companhia e tiveram paciência em colaborar em inúmeras horas que me dediquei aos estudos, aos familiares. Fica minha eterna gratidão a eles e a todos os professores, desde aqueles que me alfabetizaram até o orientador desse trabalho.

A todos os que trabalham e ajudam a manter as estruturas das escolas e universidades públicas, conscientes ou não de dias melhores, o meu agradecimento.

Aos sonhadores e inovadores, como é o caso da Educação à Distância EAD, também fica meu agradecimento.

*[...] Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado. O homem pergunta-se: quem sou? De onde venho? Onde posso estar? O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação. [...] A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela (PAULO FREIRE, 1996, p.27).*

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação à Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **AVALIAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA NA ESCOLA**

AUTORA: SIRLEI DOS SANTOS PUTON  
ORIENTADOR: PROF. DR. CLÓVIS RENAN JACQUES GUTERRES  
Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 17 de setembro de 2010.

Este trabalho analisa a avaliação como construção coletiva na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jesus Maria José, de Trindade do Sul. A metodologia adotada é de caráter crítico reflexivo, centrado na análise de material bibliográfico e documental. Os resultados das investigações revelaram que a avaliação do rendimento escolar pode ser usada como ferramenta de exclusão institucional e social. Lamentavelmente conclui-se que os educandos de classes sociais desfavorecidas são os mais prejudicados que os das classes mais favorecidas. Face a essas consequências propõe-se oportunizar diferentes formas de avaliação, para que o aluno possa reagir e melhorar seu desempenho.

Palavras-chave: Ensino, Educação, Avaliação.

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação à Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **AVALIAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA NA ESCOLA** **EVALUATION AS COLLECTIVE CONSTRUCTION IN THE SCHOOL**

**AUTHOR: SIRLEI DOS SANTOS PUTON**  
**ADVISER: CLOVIS RENAN JACQUES GUTERRES**  
Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 17 de setembro de 2010.

This work analyzes the evaluation as collective construction in the Municipal School of Infantile Education and Basic Education Jesus Maria Jose, of Trindade of the South. The adopted methodology is of character criticizes reflective, centered in the analysis of bibliographical and documentary material. The results of the inquiries had disclosed that the evaluation of the pertaining to school income can be used as tool of institucional and social exclusion. Lamentably one concludes that the educandos of disfavored social classrooms are most wronged than of the favored classrooms more. Face to these consequências is considered to oportunizar different forms of evaluation, so that the pupil can react and improve its performance.

Key-Word: Education, Education, Evaluation.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	07
<b>ABSTRACT</b> .....	08
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>PROBLEMA</b> .....	11
<b>METODOLOGIA</b> .....	12
<b>1. A Gestão Democrática e a Proposta de Avaliação no Projeto Político Pedagógico ....</b>	13
<b>2. Por uma Avaliação Escolar Qualificada e Continuada .....</b>	17
<b>3. O Projeto Político Pedagógico, Família e Reforço Escolar .....</b>	20
<b>CONCLUSÃO</b> .....	25
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	27
<b>ANEXOS</b> .....	29

## INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como objetivo analisar a avaliação como construção coletiva na comunidade escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jesus Maria José, localizada no município de Trindade do Sul – RS, pois sempre que vamos avaliar aparecem as dúvidas se estamos fazendo a coisa certa, se estamos utilizando os métodos e técnicas mais adequadas, pois também é uma ação pedagógica guiada pela atribuição de valor e conceitos de tudo o que o aluno realiza em suas atividades que estão em jogo nas situações de aprendizagem.

Trata-se de uma pesquisa concisa sobre o assunto, porém com carinho, onde alunos, mestres e responsáveis possam ler, avaliar e talvez ter como parâmetro, o assunto contido neste trabalho.

Este trabalho foi realizado devido à exigência da disciplina denominada: "Monografia", orientada pelo Professor doutor, Clóvis Renan Jacques Guterres. Esta disciplina exige que nós educandos escolhamos e desenvolvamos um tema de nossa preferência.

Este tema foi escolhido com a intenção de esclarecer pontos favoráveis à exclusão social, tendo como ferramenta à avaliação e demais métodos que podem ser adotados para avaliar e ter resultados no rendimento escolar.

Sempre quando chega o final do bimestre nós nos deparamos com muitas dúvidas para avaliar e particularmente não gosto de avaliar o aluno só por provas então foi o que mais me motivou realizar minha monografia em avaliação coletiva e pesquisar sobre o assunto para ter mais conhecimento e ter diferentes opiniões de autores sobre o assunto.

Algumas escolas não sabem como avaliar? O que é avaliar? E porque avaliar? Então acabam moldando seus alunos, não lhes dando oportunidades de se expressar e, com isso, de aprender. Nesse sentido, o tema da avaliação deve ser entendido como um processo em construção.

A avaliação pode levar o professor a pensar o seu modo de ensinar e apresentar os conteúdos e também a replanejar tarefas para obter melhor rendimento da aprendizagem. Portanto, a avaliação também leva o professor a avaliar-se como criador de estratégias de ensino e de orientações didáticas. Podemos encontrar duas formas distintas sobre os critérios de avaliação, quando todos os alunos vão bem e quando todos vão mal. Então, nos dois casos é bom repensar sobre os modos de ensinar e as expectativas em relação aos resultados.

É importante que os alunos sintam no professor um aliado do seu processo de aprendizagem, um professor que quer que ele cresça e se desenvolva, que se entusiasma quando seus alunos aprendem e os animam a enfrentar os desafios encontrados em todo o processo de construção do conhecimento.

Estou tendo a oportunidade de participar ativamente neste processo de avaliação com as professoras colegas e ver o desespero de todas com o processo de avaliação neste bimestre na escola em que estou atuando.

A partir desta pesquisa cheguei a uma conclusão de forma respeitosa e, ressaltando que este trabalho pode contribuir muito para todos que de alguma forma participam do processo educativo.

O trabalho está dividido em três partes: no capítulo 1, Gestão Democrática e Proposta de Avaliação no Projeto Político Pedagógico, analisa-se a relação entre Gestão Democrática e Projeto Político Pedagógico; no capítulo 2, Por Uma Avaliação Escolar Qualificada e Continuada, analisa-se o processo de avaliação tanto institucional como de desempenho do aluno em uma perspectiva crítica; no capítulo 3, O Projeto Político Pedagógico, Família e Reforço Escolar, analisa-se a proposta de avaliação do PPP da escola e sua relação com a família.

## **PROBLEMA**

Até que ponto a avaliação escolar pode ser usada como ferramenta para exclusão institucional e conseqüentemente social.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada nesta pesquisa seguiu a abordagem crítico-reflexiva, fundamentada em material bibliográfico e documental, PCNs. O material bibliográfico consultado refere-se a livros, revistas e consultas à Internet. Nesse sentido, o trabalho procura fundamentar-se no pensamento freireano, principalmente na relação ação-reflexão como forma de questionar e refletir sobre o processo de avaliação construído pela Escola. A documentação utilizada foi principalmente o Projeto Político Pedagógico.

A análise bibliográfica possibilitou o entendimento da avaliação sob o ponto de vista teórico, o qual serviu de norte ou referência para analisar a proposta de avaliação do PPP da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jesus Maria José.

A parte prática da pesquisa abrange, além de observações, dados registrados com algumas modificações pela equipe que elaborou, na época, o PPP da qual faço parte, e que é a atual. Iniciamos nosso estudo da Gestão Democrática para entendermos o significado que a coletividade construiu do termo avaliação, sendo que foi necessário definirmos nosso entendimento do tema gestão, que é um tema atual e estigador, polêmico e que é difícil chegar a um consenso na hora de avaliar.

Procurou-se encontrar uma forma de sintetizar essas informações, de forma que se preservasse a riqueza de dados e se buscasse consistência e objetividade suficiente para analisar o entendimento da avaliação no Projeto político Pedagógico da Escola. Este percurso de estudo e investigação possibilitou compreender a relação de coerência entre o que foi proposto pela escola e a prática atual. Como o tema avaliação, tanto na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jesus Maria José ou em qualquer outra repartição escolar, não é um tema consensual, pretendeu-se com este trabalho propiciar uma reflexão sobre a ação avaliativa da escola.

# **1. A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PROPOSTA DE AVALIAÇÃO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

A concepção de avaliação dos Parâmetros Curriculares Nacionais vai além da visão tradicional, que focaliza o controle do aluno mediante notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante ao processo educacional.

A avaliação, não se restringe apenas em saber se o aluno aprendeu ou não, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar e orientar a forma de ser aplicada às aulas. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. Possibilita conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos do decorrer do ano letivo, em função da intervenção pedagógica realizada. Portanto, a avaliação das aprendizagens só pode acontecer se forem relacionadas com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando as adequações das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar.

Na avaliação escolar se faz necessário estabelecer expectativas de aprendizagem dos alunos em consequência do ensino, que devem se expressar nos objetivos, nos critérios de avaliação propostos e na definição do que será considerado como testemunho da aprendizagem. Das relações entre os critérios e os indicadores expressos na produção dos alunos surgirá o juízo de valor, que se constitui a essência da avaliação (P.P.P. E. M. de E. I. e E. F. Jesus Maria José).

A avaliação oferece ao professor elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática em sala de aula, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou conhecidos, assim como adequados para o processo de avaliação individual do aluno ou de toda a série que está sendo avaliada. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

O projeto político-pedagógico pode ser comparado, de forma análoga, a uma árvore. Ou seja, plantamos uma semente que brota, cria e fortalece suas raízes, produz sombra, flores e frutos que dão origem a outras árvores, frutos... Mas, para mantê-la

viva, não basta regá-la, adubá-la e podá-la apenas uma vez. Libâneo, (2004, p. 152).

A Gestão Educacional refere-se às esferas públicas que, juntas, tem a incumbência de articular através de leis, normas e ações, o sistema educacional do Estado. Reforça a idéia de que Gestão Educacional é a concentração de esforços, recursos humanos e financeiros, tendo em vista as melhorias do sistema de ensino.

Todo o contexto educacional deve estar envolvido, desde a administração escolar, os resultados alcançados, o Projeto Pedagógico que está sendo construído, o sistema de avaliação, o tipo de sociedade almejada com tal metodologia ou sistema de educação. A Gestão visa superar a fragmentação direção, governo, plano político pedagógico, corpo docente, corpo discente e os demais atores envolvidos no processo educacional em prol de um projeto de educação que contemple o todo. De acordo com Heloísa Lück, a Gestão Educacional deve representar “um novo paradigma, caracterizado por uma maior aproximação entre planejamento e ação, entre teoria e prática, entre atores e usuários” (LÜCK, 2006, p. 52). Daí a importância de um Projeto Político Pedagógico construído coletivamente. Pois além de representar o anseio da comunidade, ele envolve a mesma comunidade quando existe alguma dificuldade com a própria avaliação, por exemplo. A Gestão prevê a administração dos recursos humanos, financeiros e também da metodologia pedagógica, incluindo a avaliação.

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas (LÜCK, 2006, p. 35).

Porque uma vez participando do processo de planejamento, o sujeito sente-se comprometido com aquilo que ele ajudou a construir? Se o sujeito ajudou a construir, como vai querer destruir? Ajudando a construir, pode-se ajudar a remodelar, a replanejar, a melhorar. A Gestão Educacional se propõe a superar velhos paradigmas. A superar a fragmentação de ações individualizadas por ações de conjunto. Enfim, a Gestão visa à superação do individual para o coletivo. Com essa visão, muda-se inclusive a cultura brasileira de não responsabilização pelos problemas, colocando a culpa sempre nos outros: o professor no aluno e vice versa, o povo no governo, criando assim um círculo vicioso.

Rompe-se o paradigma da passividade pela participação. Essa é minha opinião e meu entendimento sobre a Gestão Educacional. E assim como a democracia, a Gestão também não tem receita pronta, precisamos reinventá-la a cada dia, e isso se faz com participação, construção do processo, com um sujeito cíclico, não alienado e passivo.

Com a democracia, as escolas passaram a elaborar o seu Projeto Político Pedagógico. O conceito de Gestão defendido por Uhle (1994), o qual, baseado em João Bernardo publica um artigo denominado “A administração educacional: suas transformações e o perigo da corrupção da linguagem”, no qual defende a idéia de que a Gestão está diretamente ligada ao processo de trabalho, e não apenas aos objetivos das organizações. Isso ocorre porque é o processo de trabalho que define o modo de produção capitalista. E, nesse sentido, a escola teve esse processo de construção de seu PPP elaborado, prevendo uma avaliação e uma progressão continuada.

Pode-se também esclarecer os demais conceitos. A questão da democracia na escola não deve ser apenas um fim em si mesma, ou seja, uma eleição de diretor de escola não deve ser o ponto máximo da democracia no espaço escolar. A eleição é apenas uma parte do processo democrático. Faz-se necessário a efetiva participação nas decisões de todo o processo, desde as questões financeiras, bem como as questões administrativas e pedagógicas.

Uma escola democrática que valorize as relações pessoais, a construção do conhecimento de forma democrática, tem na gestão democrática uma alternativa de construção do projeto político pedagógico e do engajamento da comunidade. A escola democrática vê no professor um facilitador do processo de ensino aprendizagem, e não um mero aplicador de conhecimentos, como dizia Paulo Freire. Esse papel de mediador, de facilitador, não tira o prestígio do professor, ao contrário, engrandece sua profissão, fazendo com que haja um comprometimento da comunidade escolar, um puxar-se para cima no quesito de cidadania. Pois num período de apenas 10 meses de aula, é impossível ao professor classificar os alunos, rotulando os aprovados como os que sabem e os reprovados como os que não sabem; daí a necessidade de respaldarmos a visão e a ação de um professor comprometido com a Gestão Democrática, inclusive para superar dificuldades de aprendizagem entre os alunos.

seu elevado índice de evasão e repetência e baixos níveis de rendimento, conforme demonstrado pelo Saeb, são devidos, em grande parte, a deficiências de gestão que ocorrem po (...) o substancial desperdício de talentos registrados nas escolas brasileiras, identificados por r falta de referencial, organização e orientações adequados para nortear a atuação educacional com a devida competência (LÜCK, 2006, p. 29-30).

A pesquisadora Lück defende um processo de Gestão que engloba a visão da Gestão Educacional e Escolar, sendo que a Gestão Democrática consegue articular as duas dimensões na escola. Quando uma escola consegue articular esses dois elementos, diferentes concepções e visões de educação conseguem conviver e se efetivar.

A Escola de Educação Infantil e Ensino fundamental Jesus Maria José possui um Projeto Político Pedagógico aprovado e elaborado de acordo com a Lei da Gestão Democrática.

## **2. POR UMA AVALIAÇÃO ESCOLAR QUALIFICADA E CONTINUADA**

O processo de avaliação é importante e necessário para saber se estamos atingindo os objetivos propostos. Somente podemos conhecer nossos acertos quando podemos avaliar e materializar os mesmos. E quando o tema em análise é a educação, podemos dizer que estamos vivendo um momento novo. O educador Miguel Arroyo, em uma palestra no 1º Seminário Regional de Educação, realizado nos dias 12 e 13 de abril / 2007, em Constantina, no qual estive presente, sintetizou muito bem este momento, o qual necessita de uma avaliação constante:

(...) Eu diria que estamos num momento novo. É o momento em que percebemos que não é suficiente dizer, ensinou bem, conteúdos bons, com bons métodos logo deveriam aprender, hoje já sabemos que a coisa não é tão automática. Hoje já nos preocupamos com os processos de aprender e não apenas porque há alunos com problemas de aprender, não, não são esses. O que nos devem levar a nos preocupar com os processos de aprender não em que haja alunos que catalogamos como alunos com problemas de aprendizagem, não. Não. E que temos que entender que todos os processos de aprender de qualquer mente humana, em qualquer criança, aprenda ou não aprenda, temos que entender. O médico não entende de como o corpo humano se desenvolve só porque vai mexer com doentes, não, não. Se eu levo meu neto, minha filha leva meu neto ao pediatra não é apenas quando está com pneumonia, com febre, não. Periodicamente levo o neto, ela leva. Eu também vou periodicamente ao médico, no meu médico. Chego lá o que? Qual o problema? Não tem problema não, mas já passou um ano, passou oito meses, eu queria fazer um check-up e aí faz, manda fazer análises, está tudo bem. Ele não entende apenas quando está tudo mal, ele entende quando está tudo bem. Nós temos que nos preocupar com os processos de aprender, não porque aja alunos com problemas, insisto, de aprendizagem, mas porque somos profissionais dos processos de aprendizagem (ARROYO, 2007).

Quando falamos em avaliação, reflete-se a necessidade de avaliar o que se tem construído, como afirmou Arroyo, porque somos profissionais da educação e precisamos avaliar para identificar se estamos atingindo os objetivos propostos para percebermos o que está certo e o que é preciso mudar no processo. Não podemos entender que a avaliação serve apenas para detectar quando está tudo mal; ela serve inclusive para detectar quando as coisas estão bem.

Sabemos que a educação é um processo histórico-social e, como tal, perpassa toda a existência do ser humano.

Na busca por conhecimento que lhe permitisse se adaptar ao meio e nele sobreviver, a humanidade acumulou conhecimentos que são permanentemente ampliados e transmitidos.

A instituição de ensino surgiu, nesse contexto, como espaço social de formação humana, cuja organização é institucionalizada e cuja ação é intencionalmente planejada (por isso, instituição de ensino!).

Muito bem, aí nos perguntamos: essa ação não deve ser avaliada? É claro que sim! Não temos mais dúvidas sobre isso. Enquanto organização social, a instituição de ensino, por meio da avaliação, deve indicar em que medida cumpriu sua função. Em suma, pretende-se obter respostas acerca do valor social da instituição. Essa é a grande relevância da avaliação. Interessa a todos nós saber dos resultados da educação.

A descrição melhora a compreensão, não o define de fato, portanto esse fato foi excelente para alertar os educadores sobre a necessidade de se descrever, embora não fosse o suficiente para criar na mente do educador um conceito claro sobre o que estava sendo avaliado. (WERNECK, 2002, p. 66).

O pensador Hamilton afirma que se passaram todas as reformas educacionais, a reforma de Capanema no governo Vargas, o movimento conhecido como escolanovista, que tentou inovar, tentou mudar, mas continuamos até os dias atuais medindo.

A idéia de atribuir uma nota, um valor numérico a um educando vem perpassando décadas e décadas, sem que se encontrem forças para alterar a avaliação para um ato de descrição, como foi defendido acima. É importante citar que nessa lógica, na própria progressão continuada, após a realização dos estudos de progressão por parte do aluno, o mesmo deverá prestar uma prova, e o que ficará anexado em seus registros de apto a progredir é uma nota, um valor numérico.

Comentando um pouco sobre a progressão continuada, vimos que a mesma foi prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, em seu artigo 32, parágrafo segundo, cuja redação é a seguinte:

Art. 32, §2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

Sua redação baseou-se no princípio de que obrigar um aluno a repetir novamente o ano, tendo seus antigos colegas na turma seguinte, e ele tendo que enfrentar outros colegas, as

mesmas questões, e ainda por cima ser motivo de chacota é muito deseducativo. Essa foi a lógica da oferta de progressão continuada na legislação.

O Plano de Metas Todos pela Educação (2007), ratificado/assinado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, sobre essa questão, tem a seguinte redação em seu artigo IV:

“Art. VI - combater a repetência, dadas às especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contra-turno, estudos de recuperação e progressão parcial”.

O reforço escolar é uma alternativa apontada e utilizada para o aluno não perder a motivação pelos estudos. Uma boa progressão, dedicação e com bom método capaz de descrever as dificuldades e avanços colaborará para a universalização não apenas da educação, mas também do conhecimento.

### **3. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, FAMÍLIA E REFORÇO ESCOLAR**

O Projeto Político Pedagógico foi elaborado a partir de estudos entre o grupo escolar e vários encontros realizados aos sábados na escola, nos quais todos participaram das discussões para que fosse construído e permanecesse arquivado na escola, e para que cada um dos professores xerocasse e tivesse uma cópia. Sobre a proposta de avaliação, uma série de itens descreve o entendimento que a comunidade escolar teve no momento de sua elaboração. Todos os itens seguem uma linha progressista libertadora, baseada na linha de pensamento Freireano. Esse capítulo retrata o dia-a-dia da escola, com orientações desde a maneira de se organizar o processo de recuperação.

O processo avaliativo em registro permitirá que os professores comparem os saberes alcançados em diferentes momentos da trajetória vivenciada; acompanhem coletivamente, de forma compartilhada, os progressos dos estudantes com que trabalham e oferecendo ao educando a recuperação paralela, quando necessário; os estudantes realizem auto-avaliação, refletindo sobre os próprios conhecimentos e sobre suas estratégias de aprendizagem, de modo que possam redefinir os modos de estudar e de apropriar-se dos saberes; as famílias acompanhem sistematicamente os estudantes, podendo, assim, dar sugestões à escola sobre como ajudar as crianças e discutir suas próprias estratégias para auxiliá-las; a equipe diretiva conheça o que vem sendo ensinado/aprendido pelos estudantes e ajudem a planejar os processos formativos dos professores.(P.P.P.da escola).

Entende-se que o PPP serve como elemento de avaliação coletiva. Seus objetivos servem para mensurar os objetivos propostos e os objetivos alcançados. Como o próprio texto descreve “serve como momento de troca de experiências, de tomada de decisões conjuntas e encaminhamentos”. Se a escola de fato conseguir aplicar essas orientações, ela está inserida dentro dos marcos da Gestão Democrática já descrita num momento anterior, segundo a visão da Heloísa Lück, a qual se articula para garantir o sucesso da escola e do aprendizado.

Aos professores cabe a tarefa de elaborar um relatório da turma através de parecer descritivo e, por fim, professores e diretores fazem uma avaliação do processo de forma coletiva, tomando-se as decisões a partir dos encaminhamentos levantados.

O Projeto Político Pedagógico visa que a ação avaliadora não contemple apenas alunos, mas também os professores e procedimentos pedagógicos. Se o aluno tiver dificuldades, deve vir para a escola em turno inverso, com horário marcado, onde o professor de reforço irá fazer um estudo extra com o mesmo.

No Projeto Político Pedagógico, a escola em estudo apresenta a avaliação entendida como um instrumento de compreensão do nível de aprendizagem dos alunos em relação aos conceitos estudados e às habilidades desenvolvidas. O objetivo é respeitar o tempo do aluno, pois não será em um período “x” de meses que o conhecimento vai se efetivar. Portanto, oferecer a oportunidade da progressão continuada visa o resultado de aprendizagem. Se tiver dificuldades, não podemos acabar com essa possibilidade, mas devemos exigir condições de trabalho para oferecer a progressão. O trabalho da progressão deve ser efetivo, com professores, pais e alunos se envolvendo.

Tenho dito que não acredito em transformações na prática avaliativa impostas via decretos ou mudanças de regimentos. O inverso, sim, vejo acontecer em escolas e municípios. Mudanças regimentais reivindicadas pelos professores que assumem posturas avaliativas diferenciadas a partir de grupos de estudo após muito tempo de discussão. Porque novas práticas revelam, mais do que ditames legais, novas posturas assumidas (HOFFMAN, 2008, p. 146).

É importante que o professor observe, registre, faça um acompanhamento, questione seu aluno, faça uma avaliação oral quando achar oportuno, com a finalidade de saber se os objetivos foram alcançados, e ainda que registre esses resultados por escrito a fim de avaliar os avanços e as dificuldades apresentadas durante o processo de ensino.

A escola vem fazendo uma atualização de seu projeto Político Pedagógico e novas fórmulas de avaliação estão sendo planejadas. O ato de avaliar deve ser permanente.

A questão que coloco é de que forma tais professores vêm interpretando, no seu cotidiano, propostas de progressão continuada? Pois, se apenas aplicam provas aos alunos por obrigação do sistema, por ter de enunciar e comprovar resultados periódicos e finais do aluno, essas propostas passam a liberá-los de quaisquer compromissos nesse sentido (HOFFMAN, 2008, p. 22).

Não é suficiente oferecer a possibilidade da progressão continuada apenas por ser obrigação da legislação. É necessário que se tenha uma escola com o verdadeiro teor da Gestão Democrática conforme citado anteriormente. Acredito que precisamos parar de fazer de conta que estamos ensinando e os alunos fazendo de conta que estão aprendendo, parafraseando Hamilton Werneck. A possibilidade da progressão deve ser oferecida por ser mais uma possibilidade de melhorar o conhecimento e a aprendizagem. Concordo com Jussara Hoffmann, pois ela defende que o processo de avaliação onde se faz a progressão continuada, apenas como mais uma forma de classificar o aluno não é coerente com o verdadeiro sentido da educação. Para ela, é necessário sim fazer uma avaliação do processo. É preciso saber para quê se está avaliando.

É mais fácil deixar o aluno na progressão continuada ou seria melhor identificar a problemática e corrigir o rumo do processo educacional? Será que a progressão continuada de nossa escola não seria uma acomodação para se livrar de uma avaliação mais detalhada e obrigatória do processo? “Livrar-se dela (avaliação) é uma delícia” (HOFFMANN, 2008, p.22).

O processo da avaliação classificatória, ou seja, o método tradicional da aplicação de uma prova, um trabalho, nota aprova/reprova, não é o que estou defendendo nesse trabalho. Esse método é simplista, e a própria Hoffmann não concorda. Para ela, é necessário saber e entender porque avaliar ao invés de querer inventar métodos de avaliação ou fórmulas.

“Os educadores, em geral, discutem muito ‘como fazer a avaliação’ e sugerem metodologias diversas, antes, entretanto, de compreender verdadeiramente ‘o sentido da avaliação’ na escola” (HOFFMAN, 2008, p. 19).

O Plano de Metas Todos pela Educação, instituído através do Decreto Federal nº 6094/07, entre tantos artigos de suas diretrizes, também cita a necessidade de um processo contínuo de avaliação. O Art. III tem a seguinte redação “acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizados periodicamente”. Ao questionar a coordenação pedagógica da referida escola, conforme depoimentos acima citados, percebe-se claramente que reconhecem a dificuldade dos professores fazerem seus registros. Isso ocorre pela falta de recursos humanos na escola, pois os professores têm uma elevada carga horária a cumprir, muitos alunos em cada turma e poucos recursos didáticos para realizarem seus planejamentos e executarem suas aulas.

Muito já se tem falado sobre o processo de avaliação no espaço escolar, diferentes opiniões e conceitos tem sido publicados no meio escolar sem que se encontre um consenso.

(...) Não obstante, também acontece que muitas vezes a questão tem sido debatida de forma solta, isolada, razão pela qual não se tem chegado à essência da problemática, ou seja: antes de nos posicionarmos sobre a avaliação e sua função nos processos de ensino-aprendizagem, torna-se primordial a busca de uma maior clareza sobre que “ensinos” e “aprendizagens” cabe à escola desenvolver; mais ainda: para quê se “ensina” e se “aprende” na escola? Assim, por não se ter muito claro qual é o papel sócio-político-pedagógico dos processos de ensino-aprendizagem da e na escola, fica-se “tateando” também sobre a função e a prática da avaliação (HENZ, 2007, p. 01).

Quando estamos analisando e refletindo sobre as práticas escolares, estamos fazendo a reflexão da ação.

(...) A leitura num enfoque da práxis é possível quando existe uma teoria. A partir da práxis, a memória se torna um instrumento importante. A memória não é um mero registro. Se for acompanhada de um momento posterior onde se organizam vários temas a serem estudados. Nunca se deve negar aquilo que já foi construído. É preciso considerar a que ponto o observador se coloca (BENINCÁ, 2005, p. 02)

Nesse sentido, o tema da avaliação deve ser entendido como um processo em constante construção. A função de toda Pedagogia, já desde Sócrates, era interrogar, interrogar. O grande mestre Paulo Freire já nos falava que toda educação tem que ser dialogal e interrogativa. Avaliar também deve ser um ato reflexivo e interrogativo. Mais uma vez citando Henz (2006, p. 01), a avaliação faz parte do processo de ensinar e aprender. Em suas próprias palavras:

[..] Constantemente sentimos a necessidade de, dentro do processo específico de cada aspecto do nosso sentir/pensar/agir, emitirmos juízos de valor sobre os mesmos, para diagnosticar, problematizar, rever, decidir, agir, fazer algo desta ou daquela forma; vamos compreendendo “onde estamos” e “como estamos” à luz do que queremos alcançar e da forma como nos propusemos realizá-lo, para assim nos tornarmos os sujeitos capazes de tomar nas mãos a nossa própria vida e a história em que vamos aprendendo a ir sendo homens e mulheres (HENZ, 2006, p. 01).

Henz, dialogando com Paulo Freire, afirma que quando vai se aprendendo que a aprendizagem é o fim, e que se ela não aconteceu satisfatoriamente conforme a proposta e os objetivos construídos por e para todos – ou pelo menos muito bem esclarecidos –, torna-se necessária uma avaliação profunda também dos processos de ensino, diagnosticando as questões que contribuíram e também aquelas que precisam ser repensadas e refeitas, tanto pelos educandos quanto pelos educadores. Já em 1975, no livro *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos*, Paulo Freire insistia:

Avaliação e não inspeção. [...] Entendida assim, a avaliação não é o ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos ou os erros e equívocos porventura cometidos. Daí seu caráter dialógico. Tomando distância da ação realizada ou realizando-se, os avaliadores a examinam. Desta forma, muita coisa que antes (durante o tempo da ação) não era percebida, agora aparece de forma destacada diante dos avaliadores. Neste sentido, em lugar de ser um instrumento de fiscalização, a avaliação é a problematização da própria ação (FREIRE, 2001, p. 29).

Freire (1987, p.71) relata sua experiência como educador, enquanto esteve exilado no Chile e esta experiência pode nos ser de grande valia para a nossa reflexão:

Certa vez, num dos 'círculos de cultura' do trabalho que se realiza no Chile, um camponês, a quem a concepção bancária classificaria como de 'ignorante absoluto', declarou, enquanto discutiam através de uma 'codificação', o conceito antropológico de cultura: "Descubro agora que não há mundo sem homem". E quando educador lhe disse : "Admitamos, absurdamente, que todos os homens do mundo morressem, mas ficasse a terra, ficassem as árvores, os pássaros, os animais, os rios, o mar, as estrelas, não seria tudo isto mundo?" "Não!", respondeu enfático, "faltaria quem dissesse Isto é mundo". O camponês quis dizer, exatamente, que faltaria a consciência do mundo [...]" (FREIRE, 1987, p.71).

São justamente esses tipos de visões do qual Freire denomina de "Consciência de Mundo", ao se referir ao camponês que merecem uma análise, uma reflexão com os professores em atividade e com os próprios alunos para superarmos as dificuldades encontradas na hora de fazermos a avaliação, ou para não cometermos o erro do faz de conta que ensina e faz de conta que aprende. Também para não incorrer no erro de que a avaliação é a oportunidade do professor classificar os alunos entre os bons que são os aprovados e os maus que são os reprovados, mantendo a lógica da sociedade atual, uns incluídos na escola, no conhecimento, na riqueza e outros excluídos.

## CONCLUSÃO

A avaliação deve contemplar aspectos qualitativos e quantitativos com prevalência nos qualitativos de acordo com o que fala a lei de diretrizes de base da educação brasileira, mas nunca deveremos esquecer de que o conteúdo também é uma peça principal na educação de nossos alunos, pois ele é necessário para que os mesmos aprendam a ler e escrever.

Os instrumentos de avaliação são determinados pelas idéias e modelos da realidade em que o profissional atua, assim como a escola em estudo que utiliza: trabalhos, provas, apresentações, postura, participação, assiduidade, etc. Serve como um meio de controle, feito através de atribuição de pontos, notas e pareceres para que os alunos realizem as tarefas e tenham aproveitamento esperado, no qual o professor e a instituição desejam. A nota, portanto, passa a ser uma parte da avaliação do rendimento do aluno. Os instrumentos de avaliação determinados pelas escolas não podem ser vistos como única opção de avaliação. O ponto chave da educação deve ser o aluno e da avaliação o conhecimento que ele conseguiu adquirir durante o ano letivo.

A escola em estudo é vista como socializadora e reguladora de um determinado tipo de saber. Esta busca a construção que reflete a própria cultura do povo brasileiro, que acredita no conhecimento como produção social e que valoriza a vivência cotidiana dos alunos e professores. Numa avaliação, os professores deveriam considerar o ambiente no qual o educando está inserido. Porém, isso não significa que ele não possa aprender, pois se for estimulado, incentivado será capaz de construir seu conhecimento.

Comprovadamente a família é uma instituição que influencia diretamente no desenvolvimento e no desempenho escolar do educando, pois se a família tiver problemas com álcool, financeiros, desentendimentos familiares isso desestruturará a criança que certamente apresentará fracassos na escola e também poderá apresentar agressividade para com colegas, professores e certamente a sua aprendizagem não será a mesma.

Conforme o projeto político pedagógico da escola, o processo de avaliação construída avançou no sentido de: comparar os saberes alcançados em diferentes momentos; acompanhar de forma compartilhada o progresso dos estudantes, preservando a estes o direito de avaliação assim como o acompanhamento sistemático de seus familiares.

Este trabalho comprova que a avaliação do rendimento escolar pode ser usada como ferramenta para exclusão institucional e social. É lamentavelmente comprovado que os educandos de classes sociais desfavorecidas são mais prejudicados do que os das classes mais

favorecidas. O fracasso escolar destes alunos quando iniciaram na escola, muitas vezes foram devido a uma péssima avaliação, onde continham apenas instrumentos que os medissem por notas e conceitos e não por uma avaliação do seu contexto social.

Esperamos que as escolas revejam seus conceitos e filosofias, para que com isso consigamos minimizar a exclusão dos alunos da escola e, conseqüentemente, da nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2003.

ARROYO, M, **1º Seminário Regional Refletindo O Ofício de Mestre**. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, SMEC/ Constantina, RS. Abril, 2007 (mimeo).

BENINCÁ, Elli, **A Tese da Dialogicidade e as Reflexões Acerca da Escola no Grupo de Estudos “Paulo Freire - PPGE/UPF/RS**. Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”. Ano I – Nº 1- Julho de 2005.

BRASIL, Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007. **Plano de Metas Todos pela Educação** Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Casa Civil - Brasília- DF.

DAMKE, Ilda Righi. **O processo do conhecimento na pedagogia da libertação**: as idéias de Freire, Fiori e Dussel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa**: Polêmicas do nosso tempo. 6. ed. Campinas: Autores Associados.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ENSINO FUNDAMENTAL JESUS MARIA JOSÉ. **Projeto Político Pedagógico**. Trindade do Sul, RS, 2009.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei da Gestão Democrática - Lei 10.576/1995**.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HENZ, Celso Ilgo, **Avaliação**: sentir/ pensar/ agir dialógico-reflexivo... Ou Avaliação Dialógica-Reflexiva, Mimeo (2007).

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 27ª Edição. Porto Alegre, RS: Ed. Mediação, 2008.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, Lei nº 9.394, de Dezembro de 1996. Apresentação Ester Grossi, Casa Editorial Pargos, Rio de Janeiro, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 2ª.ed.- São Paulo, SP: Cortez, 2005.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 11. ed. São Paulo: Cortez,

NEUBAUER, Rosane, **Quem tem medo da progressão continuada? Ou melhor, a quem interessa o sistema de reprovação e exclusão social?** Centro de Referência em Educação

Mário Covas. Disponível em: <[www.crmariocovas.sp.gov.br/int\\_a.php?t=001](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/int_a.php?t=001)>. Acesso em: 16 de junho de 2009.

SAUTU, R. et al. **Manual de metodología:** construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/metodo>>. Acesso em: ago 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Educação:** do Senso Comum à Consciência Filosófica. São Paulo, Cortez, 1989.

WERNECK, Hamilton. **A nota prende, a sabedoria liberta.** Rio de Janeiro: DP&A, 3ª edição, 2002.

**ANEXOS**

**MUNICÍPIO DE TRINDADE DO SUL  
SMEC – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO  
FUNDAMENTAL JESUS MARIA JOSÉ**

***PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO***  
**- 2010 -**

Trindade do Sul, agosto de 2010.

# SUMÁRIO

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO .....	04
II. APRESENTAÇÃO .....	04
III. DIAGNÓSTICO/HISTÓRICO .....	06
IV. OBJETIVOS.....	08
V. PRINCÍPIOS .....	11
VI. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	15
VII. METAS .....	20
VIII. OPERARIONALIZAÇÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA.....	21
IX. PROPOSTA PEDAGÓGICA .....	32
X. PROCESSO DE AVALIAÇÃO.....	38
XI. REGIMENTO DA INSTITUIÇÃO .....	41
XII. ATA DA ASSEMBLÉIA QUE APROVA O PPP .....	41
XIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	42
XIV. ANEXOS.....	45

**“Uma Escola é um espaço de conflitos existenciais, onde vidas humanas se constroem, onde convivem inteligências múltiplas onde as buscas de realização de vidas não podem circunscrever-se em torno de alguns conteúdos pré-programados. A Escola necessária é a Escola da e para a vida”.**

**(Taurio Edmundo Brand)**

## **I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

1.1- Instituição: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jesus Maria José

1.2- Entidade Mantenedora: Prefeitura municipal de Trindade do Sul - SMEC

1.3- Endereço: Rua Alecrin – 23, Centro de Trindade do Sul

1.4- Ano de fundação: 1985

1.5- **Diretora:** Sueli Fátima Sacon

## **II. APRESENTAÇÃO**

Ao estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB confere aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar a sua proposta pedagógica, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que precisa ser construído e vivenciado em todos os momentos e por todos os envolvidos com o processo de ensino da escola.

O trabalho coletivo requer a construção de relações democráticas, onde o sujeito, sem perder sua individualidade, constrói-se com e no grupo [...] o compromisso com um projeto requer que pensemos juntos ‘as ações’. Ações estas que são desenvolvidas por cada membro do grupo de forma individual, tendo presente os princípios definidos coletivamente (SED de Chapecó, 2001, p. 3).

A Proposta Pedagógica da escola é resultado de um trabalho coletivo e que deve ir se aperfeiçoando gradativamente à medida que o grupo de trabalho vem se organizando, estudando, estabelecendo prioridades entre os objetivos que pretende prosseguir. Exige a corresponsabilidade de todos os envolvidos na ação educativa.

A partir desta organização iniciou-se um trabalho de estruturação, definindo as intenções e estabelecendo ações que contemplem os objetivos desejados, bem como definir as questões relacionadas à avaliação das ações propostas.

Sendo destacada entre as necessidades, a superação de modelos de conhecimento e metodologias tradicionais já ultrapassadas, para contemplar as demandas reais dos novos tempos, da nova estrutura social, cultural e econômica, que se compatibilize com o atual milênio.

As transformações sociais aceleradas exigem um novo modelo educativo, com novos paradigmas, novas concepções e para isto exige um professor leitor, pesquisador em constante

atualização, que saiba fazer uma leitura de mundo, que saiba interpretar as manifestações dos novos tempos, e procure inserir-se nele para analisar, problematizar e compreender as questões sociais que fluem no cotidiano da sala de aula.

Neste sentido o professor deve estar consciente da necessidade de preparar o aluno a participar da vida política, social e cultural, como membro atuante da comunidade e dos grupos que participa na conquista da cidadania, justiça social, na participação das decisões coletivas, dominando conceitos científicos, informações e habilidades necessárias para a conquista de um aluno-cidadão atuante e capaz de transformar o meio. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

Segundo Saviani (1993, p. 93) “a dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica”. Esta proposta sendo efetivada, certamente contribuirá para as mudanças de postura de cada um e dos grupos que formam a comunidade. Num processo gradativo vamos procurar concretizar as metas traçadas e contribuir para a formação de sujeitos-cidadãos que realmente participem e atuem no contexto social. É preciso comprometimento de todos.

### **III. DIAGNÓSTICO/HISTÓRICO**

A Escola Municipal de Educação infantil e Ensino Fundamental Jesus Maria e José, localizada na Rua Alecrin, Centro do município de Trindade d'Alto Sul, Rio Grande do Sul, atende 217 alunos/as desde a Educação Infantil até a 5ª série do Ensino Fundamental. Estes residem nas comunidades de Linha Passo do Lobo, Linha Baú II, Linha Gastão, Linha Cachoeira I, Linha Demétrio, Linha Colônia Nova, Linha Caturrita, Bairro São José, Bairro São João, Bairro COOPATRIN, Bairro São Luis e do Centro da cidade. Fundada a 25 anos pela Congregação Católica Jesus Maria José. Era uma escola que atendia somente educação infantil em regime particular. Recebeu este nome em homenagem a congregação. Inicialmente, as aulas eram ministradas pelas Irmãs da Congregação em salas destinadas a catequese, nas dependências da igreja católica. Mais tarde foram transferidas para a casa da Congregação. O município passou a ceder professores municipais para atuar na escola. Há treze anos a escola começou a funcionar em prédio próprio tornando-se municipal e passando a atender alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental. A escola oferece atendimento gratuito.

As famílias destas comunidades, na maioria dos casos são estruturadas de forma que se mantém economicamente trabalhando no meio rural, com empregos fixos no comércio local, no serviço público municipal e estadual, nas cooperativas, em frigoríficos como Sadia, Aurora e Diplomata. Mas a escola conta também com uma clientela de baixa renda que vive basicamente de programas de assistência (Bolsa Família, Fome Zero). A renda nem sempre é suficiente para atender as necessidades básicas das famílias.

A comunidade trindadense é estruturada de tal forma que atende as necessidades básicas dos municípios. Há atendimento médico gratuito oferecido pelo Sistema Único de Saúde, clínicas de atendimento médico particular, hospital, igrejas dos mais diferentes credos, escolas para atender desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, extensões de faculdades que oferecem cursos de Ensino Superior e Pós Graduação, programas de assistência social, grupos de terceira idade, atendimento especializado a portadores de necessidades especiais (APAE), comércios que fornecemos mais variados produtos como, alimentos, vestuário, papelaria, eletroeletrônicos, móveis, eletrodomésticos, materiais de construção, produtos agrícolas, etc, pequenas indústrias, secretarias municipais que atendem as diversidades, cada uma a sua especificidade, grupos culturais (CTG), clubes comunitários, esportivos e associações particulares, tratamento do lixo orgânico e reciclável, frigorífico e creche em vias de

construção, etc. Trindade do Sul tem uma estrutura básica municipal, o que não é encontrado no local busca-se em centros maiores como: Chapecó, Passo Fundo, Palmeira das Missões, Três Passos, Sarandi e Cruz Alta.

No ano 1922 nossa comunidade era conhecida como Serra do Lobo. Havia alguns moradores. Nessa época veio morar aqui o senhor João Trindade de Almeida, natural de Soledade. O mesmo instalou-se no local com um pequeno comércio que passou a ser referência na região. Com o tempo a comunidade passou a se chamar Trindade da Serra do lobo. O nome Trindade por sua vez, tem origem então ao nome de um comerciante que se tornou popular por várias circunstâncias. Com o tempo e a comunidade crescendo, passou a se chamar Linha Trindade. Em 1955, deu-se o nome de Vila Trindade. Em 15 de Dezembro de 1987, o então Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, Criou o Município de Trindade. Por haver outros dois municípios com este nome foi decidido alterar para Trindade do Sul. (VIGNE,2006).

Na escola, todos participam, na medida do possível, das discussões, da elaboração desta proposta (PPP) e entendem que é preciso estar sempre buscando alternativas para viabilizar e comprometer a prática com as necessidades, sabendo que há muito que avançar no processo de construção do conhecimento para atender as prioridades atuais dos novos tempos, para eliminar práticas fragmentadas e superadas do cotidiano.

As dificuldades encontradas e as que ainda encontraremos são resultado de uma postura adquirida ao longo de nosso trabalho. Estas surgem quando desafiamos o novo, o medo que temos do desconhecido e dos resultados incertos, pois a desacomodação gera insegurança. Temos muitas limitações, mas aos poucos com o apoio mútuo conseguir-se-á sair das amarras do tradicional e fazer acontecerem passos para uma nova caminhada rumo às mudanças desejadas.

As crianças envolvidas no processo são alunos na sua maioria interessadas em construir novos conhecimentos, participativos. São crianças que apesar das dificuldades enfrentadas pelas suas famílias, sonham com um mundo melhor e querem fazer sua parte para que isso aconteça. Alguns apresentam algumas dificuldades de aprendizagem. A estes é solicitado um acompanhamento maior de seus familiares, é oferecido aulas de reforço em turno inverso e busca-se fazer os encaminhamentos necessários para melhorar a qualidade da aprendizagem.

A Participação dos pais na escola é freqüente. A maioria demonstra grande interesse no crescimento intelectual de seus filhos e se envolvem nas atividades organizadas pela instituição bem como no acompanhamento do aprendizado das crianças. Há alguns casos em

que os pais se mostram alheios ao compromisso de lutar por uma escola melhor, de envolver-se, de participar e de contribuir para o avanço e para as mudanças necessárias.

Por fim, ressalta-se a importância para que todos os envolvidos no processo educacional trabalhem coletivamente, justifiquem suas convicções para que sejam reconhecidas como verdadeiras, proponham normas, sejam exigentes, democráticos e eficazes.

## **IV. OBJETIVOS**

### **4.1 Objetivo Geral da Escola**

Oferecer o atendimento educativo de qualidade, priorizando o processo de ensino aprendizagem de forma significativa, lúdica, prazerosa para que ocorra o desenvolvimento integral da criança, garantindo acesso e permanência a todos os educandos.

Oferecer condições humanas e materiais para que todo o membro da Comunidade Escolar se sinta responsável e inserido no Processo Educativo, que seja um espaço privilegiado da ação educativa e de um sadio pluralismo de idéias.

### **4.2 Objetivos específicos da escola:**

- Oferecer condições humanas e materiais para que todo o membro da comunidade escolar se sinta responsável e inserido no processo educativo, que seja um espaço privilegiado da ação educativa e de um sadio pluralismo de idéias.
- Viabilizar a apropriação do conhecimento histórico, social, cultural e científico proporcionando a possibilidade de construção de novos saberes e capacidades de exercício da cidadania, de interação com o meio, de construção da história.
- Diagnosticar a realidade da comunidade escola;
- Desenvolver o processo ensino aprendizagem tendo como base o meio em que a escola esta inserida;
- Oferecer condições mediadoras para que todos se apropriem do conhecimento;
- Desenvolver projetos em consonância com as necessidades do aluno e da proposta curricular;
- Estimular o respeito às diferenças;
- Garantir o cumprimento do regimento escolar;
- Incentivar a participação das Famílias na vida escolar dos filhos;
- Garantir recuperação paralela e extraclasse;
- Garantir aos profissionais da educação horas de estudo, planejamento e aperfeiçoamento;

### **4.3 Objetivos específicos de cada turma:**

#### **Educação Infantil:**

Desenvolver uma proposta curricular que desperte na criança da pré-escola o prazer em estudar, em buscar e construir novos conhecimentos. Que trabalhe de forma lúdica, que desenvolva no educando os princípios básicos de convivência e da vida social, que trabalhe a descoberta da identidade e se torne um sujeito autônomo, responsável por seus atos.

#### **1º ano:**

Oferecer oportunidades diversas de relacionamento, de integração e socialização consigo mesmo, com o seu corpo, com o meio, com o espaço e tempo, estimulando habilidades bem como as noções fundamentais de cada área do conhecimento, proporcionando ao aluno condições de desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológicos, intelectual e social, tudo, trabalhando de forma lúdica, construindo diversos modos de entender a realidade, estabelecendo novas condições de vida e ação, tornando-o apto a iniciar-se no processo formal de alfabetização; compreender e sintetizar determinados conhecimentos tais como aprendizagem da língua oral e escrita; o desenvolvimento do raciocínio matemático; compreensão dos aspectos da realidade com a utilização de diversas formas de expressão e registro.

#### **2ºano:**

Ampliar o processo de construção da leitura, da escrita e numérica, aprofundando noções do espaço e tempo, oportunizando a socialização e interação com o meio, desenvolvendo a criatividade, habilidades motoras e cognitivas e o raciocínio lógico matemático.

#### **3º ano:**

Aprimorar o processo de alfabetização, oportunizando para a criança expressar-se com clareza, tendo compreensão dos textos lidos e escritos, aperfeiçoando o senso crítico, a responsabilidade, instigando a pesquisa e o desejo de saber desenvolvendo o raciocínio lógico-matemático. Dar continuidade ao processo de desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas, incentivando a socialização e sua identificação no meio em que está inserido retomando a auto-estima e as relações interpessoais e grupais.

**4º ano:**

Oportunizar ao aluno o desenvolvimento das habilidades básicas da língua, da interpretação, da compreensão e do seu espaço e tempo, também o raciocínio lógico-matemático, capacitando-o a resolver problemas do dia-a-dia. Proporcionar a reflexão sobre as ações e responsabilidades individuais com o aluno cidadão, despertando também o espírito de participação e o coleguismo, no trabalho em equipe e na convivência dentro dos grupos em que se insere.

**4ª série:**

Oportunizar ao educando situações de aprendizagem que envolva a compreensão, interpretação e entendimento de suas ações, estabelecendo estratégias para o aluno ser sujeito de sua aprendizagem, aprimorando o conhecimento, o desenvolvimento cognitivo, afetivo e o exercício da cidadania.

**5ª série:**

Proporcionar aos educandos oportunidades de entender, interpretar, explorar suas capacidades e criatividade, contribuindo com o grupo e com o meio, colaborando assim para o entendimento e o exercício da cidadania.

**V- PRINCÍPIOS**

Art. 7º O PPP das instituições educativas deverão seguir os princípios estabelecidos pela legislação vigente:

I Princípio da democratização, do acesso e permanência do educando na instituição com vistas a desenvolver um processo de qualidade, capaz de inserir o educando na escola e na sociedade;

II Princípio da relação escola-comunidade e da gestão democrática, objetivando expandir a participação de todos os segmentos nas decisões da instituição, sem renunciar ao princípio da unidade de ação;

III Princípio da autonomia, como a capacidade da instituição de auto governar-se e dirigir-se, dentro dos limites legais, com responsabilidade social;

IV Princípio da qualidade da ação educativa, assegurando um padrão mínimo de qualidade para os educandos da instituição;

V Princípio da organização curricular como eixo central da institucionalidade da instituição, percebendo e construindo o conhecimento a partir da integração dos diversos saberes;

VI Princípio da valorização dos profissionais da instituição, assegurando aos educadores a formação continuada para aperfeiçoamento da prática.(Resolução COMED, 001/2008)

### O Projeto Político Pedagógico da E.M. de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Jesus Maria José fundamenta-se no trabalho que prioriza a coletividade e que a gestão escolar deve ser democrática valorizando a autoridade e suprimindo a atitude autoritária.

Nesta perspectiva de atender as diferentes culturas e experiências dos sujeitos envolvidos no processo. Há necessidade de se desenvolver a capacidade de conhecer, de aprender a fazer, para ser um cidadão que possa conviver com seus semelhantes, com igualdades de oportunidades.

Sendo assim é preciso ir em busca de:

- Sermos sujeitos do saber de qualidade. Crianças, jovens pais e trabalhadores em educação, sonhadores de um futuro melhor, mas conscientes de que vivemos numa sociedade desigual e competitiva com muitas dificuldades financeiras, preconceitos, limites e exclusões;

- Valorização do saber popular e resgate de valores através de projetos que interagem a comunidade com a Escola;

- Currículo flexível e voltado à realidade da comunidade;

- Criação de espaços de participação e discussão de todos os segmentos na vida da Escola para que todos sejam responsáveis no processo de construção do conhecimento bem como das decisões da Escola;

- Possibilidade de formação de estudantes responsáveis, críticos, lutadores por seus direitos e também cumpridores de seus deveres procurando crescer em harmonia com a família, com a Escola e com a comunidade, a fim de conquistar seu espaço no mercado de trabalho e conseqüentemente a independência financeira;

- Gestor e Professores que exijam disciplina e respeito fazendo valer o Regimento Escolar;

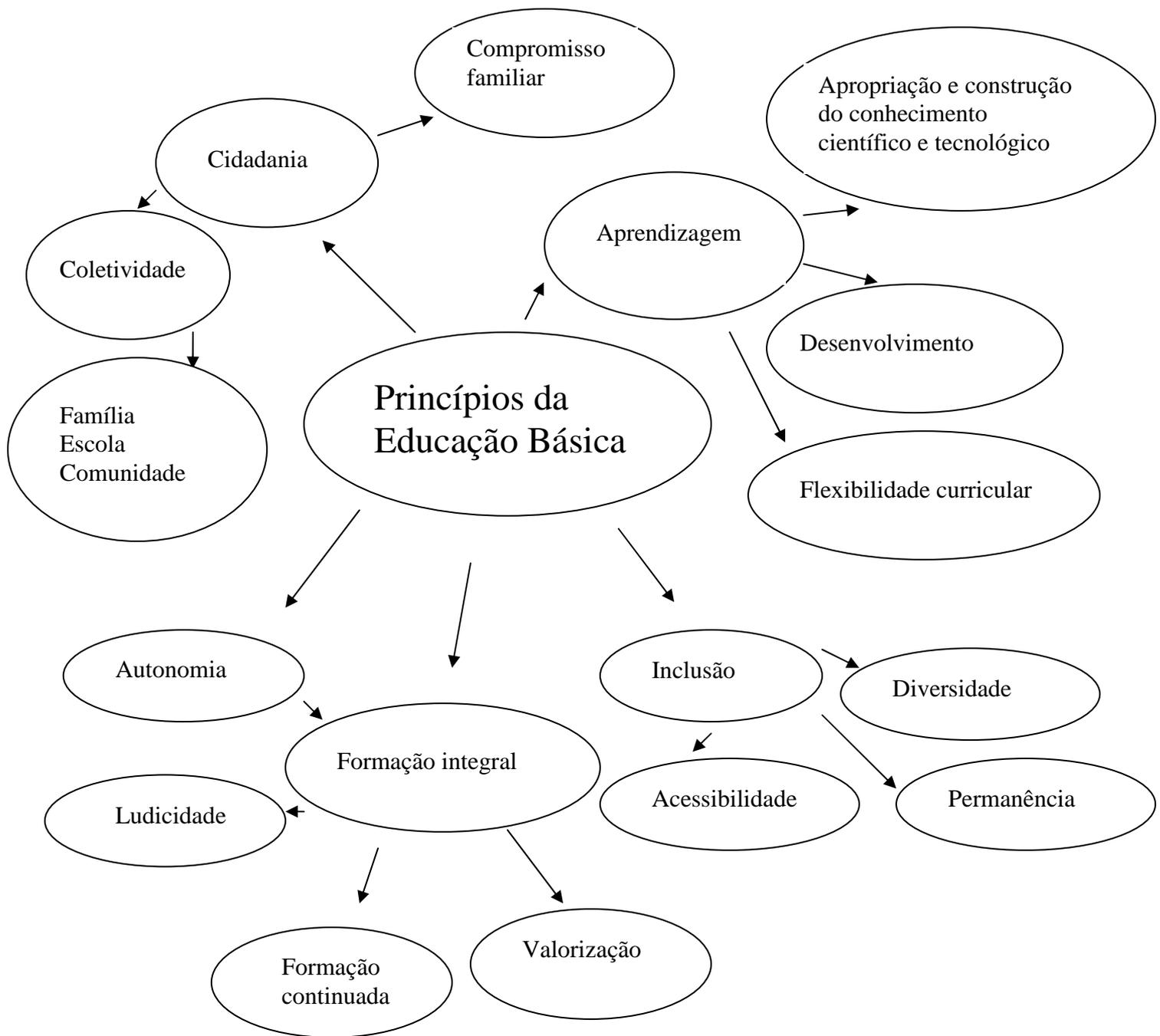
- Oportunidade de orientação a alunos com problemas garantindo elemento humano habilitado para orientação educacional;

- Refletir e avaliar sempre a prática educativa.
- Incentivo a toda comunidade escolar para que acompanhe e avalie a prática educativa da escola, no dia-a-dia, em sua caminhada.
- Possibilidade aos educadores de formação continuada para aperfeiçoamento de sua prática pedagógica.

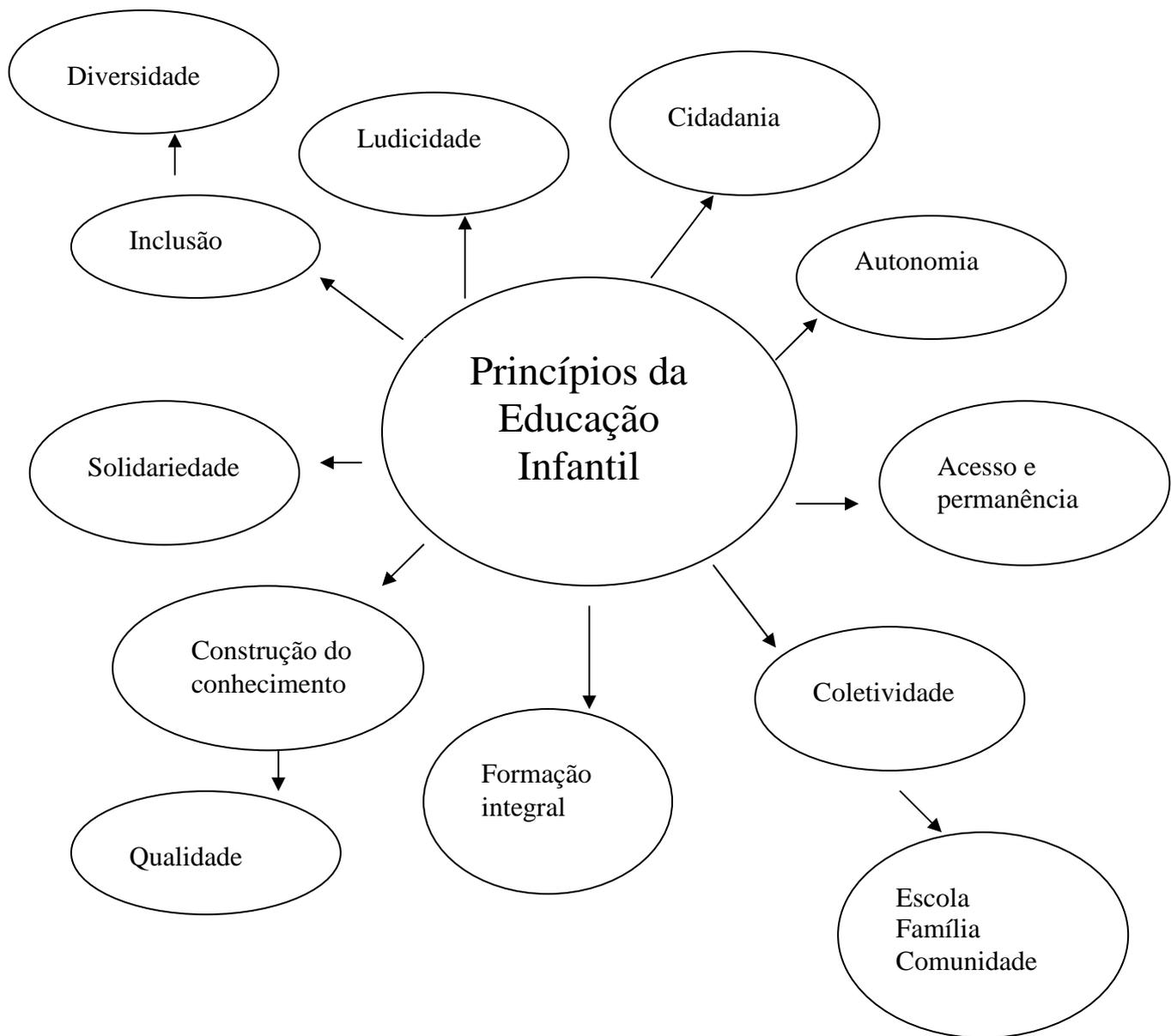
Sujeitos sonhadores que somos por mudanças, procurando inovar sempre, propõem desenvolver um Projeto amplo dentro da escola colocando em prática um trabalho, onde todos possam ser respeitados em suas particularidades e amparados pela legislação vigente, para poder, a partir daí, realizar um Plano de Trabalho, visando o crescimento de todos, respeitando, portanto, todas as classes sociais, raças, credos e culturas, com suas diferenças individuais.

Para que isso aconteça deve-se procurar resgatar os valores das culturas e costumes, fazendo relação do presente para confrontá-las com o passado e refletir sobre as futuras gerações, pois se torna necessário levar os alunos a refletirem sobre seus próprios potenciais, seu “querer” de lutas, suas capacidades e inteligências. Cada ser humano deve acreditar que é capaz de liderar, organizar e planejar, fazendo projetos, discutindo, concluindo.

## **5.1 Princípios da Educação Básica**



## 5.2 Princípios da Educação Infantil



## VI – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*O PPP é um documento que a instituição elabora de forma participativa, com a finalidade de orientar sua ação educativa para o fortalecimento de sua autonomia, atendendo as necessidades da comunidade em que esta inserida. (Res. COMED 001/2008 – Art.3º)*

Hoje, mais do que nunca, a escola deve corresponder às expectativas dos educandos dando sua contribuição de forma questionadora e abrindo diálogos; forma esta de levar o aluno a soltar-se e perder o medo de manifestar ou contrariar suas idéias, ou seja, sua maneira

de pensar. Colocando em prática esta forma de pensar, ou estimular seu pensamento, o aluno não se limitará em apenas contribuir com suas opiniões. Com isso, ocorrerá transformação em seu aprender, levando em conta os valores e conhecimentos ensinados pela escola. Sendo assim, a escola cumprirá seu papel como agente de transformação e inovação, valorizando a aprendizagem do aluno num contexto global. Para isso, o educador deverá trabalhar com conteúdos que tenham significados e que seja do interesse da turma. É importante, também, que o professor seja flexível. Muitas vezes o professor deve deixar de lado sua aula e voltar-se para assuntos do interesse da turma, em dias ou momentos inesperados. Assim sendo, a aprendizagem ocorrerá de forma mais democrática, sem deixar de lado problemas que, muitas vezes, são ignorados para o professor, mas muito importantes para o aluno. Caso a educação seja vista neste ângulo os problemas serão resolvidos sem conflitos, de forma amigável e, acima de tudo, compreensiva e educativa, uma vez que a escola será reconhecida como um meio que prepara o aluno para o entendimento, onde se constroem relações entre si.

*“Uma boa aula é como uma refeição: quanto mais atraentes estiverem os pratos que você, cozinheiro-professor dispuser sobre a mesa, mais os alunos desejarão saboreá-los”* (Içami Tiba).

A escola como agente de transformação, deve estar constantemente revisando, analisando, discutindo e questionando sua ação com todos os envolvidos principalmente com o Corpo Docente, com a Direção e funcionários, afim de que todos estejam em sintonia com os acontecimentos que envolvem as atividades escolares.

As escolas deverão reconhecer que as aprendizagens são constituídas pela interação dos processos de conhecimento com os de linguagem e os afetivos, em consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participante do contexto escolarizado; as diversas experiências de vida de alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar, expressas através de múltiplas formas de diálogo, devem contribuir para a construção de identidade afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias em relação a conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã. (Res. CEB n° 2/ 2008)

A Educação é um processo que encaminha o individuo a encontrar-se com a realidade para nela atuar. Ela pode ser obtida das mais variadas formas e lugares, entendidos também de modos diferentes conforme a cultura de cada povo. Neste contexto cabe à educação promover espaços para novos saberes, dentro daquilo que acreditam ser melhor para

a formação de sujeitos cidadãos, capazes de estabelecer relações entre si, o mundo e os outros seres, através de vivências, pesquisas, comparações, confrontos que direcionam a construção e reconstrução do conhecimento.

As escolas tem significativas contribuições sociais e tem avançado em diversos aspectos, principalmente na forma de construir o conhecimento. Agora com uma maior urgência de forma gradual, as ações pedagógicas precisam induzir aos educandos a acompanharem tais transformações, pois ocorrem mudanças nos valores sociais e a escola precisa responder a estas inovações.

Diante disso, e de uma sociedade economicamente injusta, cabe à escola repensar suas ações e assim atender os discentes em suas diferentes áreas. Dessa forma a escola deve construir relações educativas baseadas na parceria entre alunos, pais, professores e comunidade, formando novos conceitos para a cidadania, favorecendo a solidariedade e o valor da diversidade. A escola deve ser um convite à imaginação, a paixão e ao risco de explorar novos caminhos, deixando de ser fechada em si mesma, com horários e disciplinas fragmentadas, em que o aprender se torna maçante e não desperta o desejo de saber. Com os conteúdos tratados como temas de interesse da turma e as áreas do conhecimento trabalhado de forma interdisciplinar, através de projetos de pesquisa, a aprendizagem ocorre de forma agradável, atrativa e natural, promovendo a integração entre a comunidade escolar e a busca de melhorias no processo educativo. A escola atuará de modo sistemático e permanente na formação de sujeitos que reconheçam e construam relações sociais e políticas.

Assim a escola deve inteirar-se dos conflitos sociais, das necessidades e dos novos rumos que a sociedade revela através das manifestações dos grupos que a compõem. Também a escola é vista como um caminho da cultura e da informação onde prepara o aluno para o entendimento do meio, pois cultura pressupõe consciência de ser, de estar na estrutura social, participar, estabelecer-se, construindo relações.

A escola por si só não muda a sociedade, mas através de seus projetos pedagógicos, assume postura democrática, articulando-se como espaços de produção e transformação, partilhando sua proposta com os segmentos sociais, ampliando sua responsabilidade para a formação dos sujeitos e na sua contribuição nas mudanças sociais. Hoje, devido a complexidade do contexto social e local, a escola precisa redefinir seu papel e sua prática, criar condições para que exista um ambiente democrático, onde o educando extrapole nas diferentes áreas do conhecimento.

Por conseguinte a função da escola vai além de criar, transmitir e reconstruir o conhecimento. Ela também se caracteriza como um espaço de preservação de valores

oferecendo meios para que sejam desenvolvidos princípios universais de justiça, igualdade, com direitos à manifestação e expressão, para tornar sujeitos que constroem a sua história.

No projeto de escola, construído com envolvidos no processo, existe o objetivo e a prioridade de contemplar o aluno como sujeito transformador e inventor nas relações sociais dos grupos em que atua e na sociedade de forma geral. Que o aluno possa ser construtor de uma sociedade mais participativa e cidadã, onde os sujeitos envolvidos sejam capacitados e levados à reflexão, ao posicionamento diante dos estímulos do ambiente, de situar-se diante do outro mundo.

Segundo Berbaum (1993), a aprendizagem apresenta-se como efeito secundário das situações que a vida propõe. Todas as informações recebidas contribuem para mudar a maneira de ser, manifestando-se como um processo de inúmeras formas e conseqüências nem sempre previstas, podendo modificar o saber.

O conhecimento da realidade do aluno é essencial para subsidiar o processo de planejamento, considerando o educando como ser de necessidades, interesses e que apresenta níveis de desenvolvimento (psicomotor, sócio-afetivo e cognitivo). Para conhecê-lo é necessário um olhar atento e curioso sobre este para contribuir com suas aprendizagens. Conhecendo o aluno, e o que espera da educação formal, é possível trabalhar suas expectativas com vista a alcançar os objetivos a que a escola se propõe.

Para isto, o aluno precisa ser estimulado a participar ativamente na construção dos conhecimentos e no desenvolvimento da autonomia do pensar e do agir. Ter espaço para expressar suas idéias e sentimentos, sendo levado a observar, perguntar, supor, prever, experimentar e tentar resolver problemas reais. Este sujeito/aluno precisa atualizar-se constantemente para acompanhar as transformações que ocorrem de forma acelerada. Neste contexto, a aprendizagem torna-se espontânea, vista como instrumentalizadora, que permite participar da cultura e das relações.

A escola irá traçar perspectivas de mudanças que valorizem os alunos na sua individualidade, limitações e capacidade de transformações, apostando no trabalho coletivo e nas pesquisas, para a formação de um aluno leitor, investigador, construtor e reconstrutor do conhecimento, procurando na formação (formar para a ação) a busca da reflexão para alcançar o autoconhecimento, com o objetivo de chegar a um processo de automudança.

Neste processo, o professor é o agente de transformação. A ele cabe a reconstrução educacional, baseada em sua ação pedagógica que represente a união entre o indivíduo e os sociais, integrados num projeto sincronizados com a vida da sociedade, na qual todos estejam conscientes da necessidade de seus envolvimento e responsabilidades, buscando o

desenvolvimento racional, capaz de contribuir com o social e cultural da comunidade e à melhoria de condições de vida de sua população. Portanto, cabe ao educador usar novas competências de ensinar, assim como afirma Paulo Freire: “*Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão*”.

Neste sentido cabe a escola organizar-se de maneira a contemplar o cidadão nas suas especificidades. A Resolução da CEB nº 2 de 07 de abril de 1998, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Nesta resolução, consta:

IV – Em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para alunos a uma base nacional comum de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A base comum nacional e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que vise a estabelecer a relação entre a educação fundamental e:

- a) a vida cidadã através da articulação entre vários dos seus aspectos como:
  1. a saúde
  2. a sexualidade
  3. a vida familiar e social
  4. o meio ambiente
  5. o trabalho
  6. a ciência e a tecnologia
  7. a cultura
  8. as linguagens.
- b) as áreas de conhecimento:
  1. Língua Portuguesa
  2. Língua Materna, para populações indígenas e migrantes
  3. Matemática
  4. Ciências
  5. Geografia
  6. História
  7. Língua Estrangeira
  8. Educação Artística
  9. Educação Física
  10. Educação religiosa, na forma do art. 33 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Res. CEB Nº 2/ 1998 – art.3º, IV)

Portanto, a qualidade da educação é alcançada através da ação coletiva de todos os envolvidos no processo educativo. É necessário então analisar e perceber o desempenho e o resultado da ação emancipatória da escola, tendo como eixo condutor um círculo multidisciplinar, podendo superar-se nas práticas pedagógicas fragmentadas e substituí-las por uma postura de renovação frente às demandas de uma sociedade em constante transformação.

## VII – METAS DA ESCOLA

Continuar promovendo momentos de integração e informando a comunidade escolar do funcionamento da instituição através de encontros e reuniões.
Manter o planejamento coletivo garantindo os conteúdos mínimos estabelecidos no currículo.
Seguir o estabelecido no PPP e reorganizá-lo quando necessário.
Oferecer recuperação paralela aos alunos com dificuldade de aprendizagem.
Trabalhar a interdisciplinaridade.
Incentivar a frequência escolar.
Convidar as famílias para que participem mais da vida escolar.
Fazer os encaminhamentos necessários dos alunos aos meios legais, caso haja alguma ocorrência que fugir do controle escolar.
Oferecer aula extraclasse, em turno inverso para os alunos com maior dificuldade.
Trabalhar com currículo flexível e por modalidade de ensino cumprindo o calendário escolar.
Usar o livro didático como apoio e de acordo com o planejamento pedagógico.
Proporcionar ambiente agradável, adequado às realizações das atividades escolares para que todos os envolvidos se sintam bem no processo educativo
Oferecer momentos educativos e ao mesmo tempo festivos que favoreçam a participação das famílias como, festas escolares, gincanas, jogos, passeios palestras com coquetel, rua de lazer.
Construir e desenvolver projetos que contemplem a realidade da comunidade e busquem o crescimento intelectual e social dos envolvidos. Projetos que desenvolvam a solidariedade, o amor entre as pessoas, o respeito a diversidade, a valorização da vida, e ao mesmo tempo trabalhe os conteúdos curriculares.
Participar dos cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria de Educação Municipal.
Fazer a avaliação do ensino aprendizagem de maneira que contemple o ser como um todo.
Avaliar todos os segmentos da escola e propiciar a auto-avaliação de cada profissional.
Buscar recursos junto a SED para melhoria do espaço físico escolar, bem como para obter um espaço para a realização das aulas de Educação Física.
Trabalhar com toda a comunidade escolar buscando a conscientização quanto a importância de preservar o patrimônio público.
Fazer uma pesquisa levantando dados sobre adultos que estão fora da escola, mas que gostariam de estudar encorajando-os a frequentarem uma unidade escolar.
Incentivar a reorganização do distrito para aumentar a clientela escolar.
Respeitar e cobrar que as unidades escolares da região cumpram o zoneamento.
Org. promoções arrecadando fundos para suprir algumas necessidades extras da escola.

## VIII – OPERACIONALIZAÇÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA

### 8.1. Projetos pedagógicos

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível comprometendo seus atores e autores. (Gadotti, 1994, p.579)

### 8.2. Funções dos projetos

Criação de estratégias, de organização de conhecimentos escolares em relação ao tratamento de informação, relação entre os diferentes conteúdos, para facilitar a construção dos conhecimentos.

Dentro dos projetos precisamos perceber as áreas do conhecimento estando ligadas ao: **Tempo e espaço:** o ser humano é síntese nos diversos tempos e espaços, que afloram no presente vivido, externalizado nas relações dos sujeitos. O tempo dos pais, alunos e professores se cruzam no espaço da escola, e são resultados das diferentes experiências vividas por todos os envolvidos e geram um novo tempo, que será organizado a partir dos conhecimentos prévios e que irão adquirir neste tempo de convívio da escola.

**Relações culturais/antropológicas /tecnológicas:** a construção das pessoas no pensar e no agir em ciências sociais, comunga no refletir o mundo que queremos e o cidadão que vamos construir, o que esta intimamente ligado, e como aprendemos, representamos, apropriamos e expressamos do mundo, levando em consideração os avanços tecnológicos.

**Relações com a natureza:** a contemporaneidade do ser humano deve estar integrado num contexto social comprometido com o ambiente, percebendo-se não como ser vivo dominante, mas sim como mais um ser vivo parte do ambiente onde esta inserido.

### 8.3. Aspectos a serem levados em conta no desenvolvimento de um projeto pedagógico

- Trata-se de ensinar o aluno a aprender;
- Devemos ter claros os objetivos finais de cada nível educativo;
- Não se pode dizer que haja um tempo fixo para cada projeto;
- Depende do tema, da série, da experiência do professor, das informações trabalhadas, dos procedimentos utilizados;
- Os projetos são inovações e podem ser aplicadas em todas as áreas do conhecimento, pois favorece a busca de informações;
- Os projetos respeitam os diferentes ritmos de aprendizagem e favorecem a construção do aprendizado do aluno;
- As atividades se desenvolvem num ambiente de autonomia e flexibilidade no qual se movimentam os alunos;
- É uma forma eficaz de trabalhar atividades, o aluno toma consciência de sua própria aprendizagem;
- Para qualquer projeto temos que levar em consideração a idade do aluno, o desenvolvimento cultural, conhecimentos necessários, habilidades, competências e avaliação.

#### **8.4. Planos anuais**

O educador desempenha um papel fundamental no sentido de ser o mediador do conhecimento. A ele cabe elaborar um plano anual de atividades e conteúdos que serão trabalhados em cada turma, sempre norteando-se no Plano Curricular da Secretaria de Educação e nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação. (anexos)

#### **8.5 .O que, e porque julga-se importante trabalhar em cada disciplina**

##### **Português:**

Compete à escola propiciar o desenvolvimento dos conhecimentos lingüísticos para aprimorar o desempenho desenvolvendo competências comunicativas como forma de qualificar as relações sociais, através do desenvolvimento de habilidades como: falar, escutar, ler e escrever, questionar, analisar e compreender a fala, a leitura e a escrita. Pois o valor da língua vem se constituindo historicamente, segundo as demandas sociais. Atualmente, as exigências têm sido gradativamente maiores, cabendo à escola, como espaço institucional de acesso ao conhecimento, a necessidade de atender a essa demanda, viabilizando práticas que possibilitem o atendimento ao aluno e assim aprenda linguagem a partir da diversidade de

textos (jornais, revistas, noticiários...) que circulam socialmente, incentivando-o a produzi-los e interpretá-los.

### **Matemática:**

Espaço, quantidade, formas e grandezas, símbolos, abstração, lógica e precisão; todos estes conceitos estão ligados ao sentido da matemática. Neles estão pautadas as soluções de desafios e de situações problemas.

Especializar-se contar, abstrair, utilizar símbolos, definir e identificar formas, avaliar grandezas são habilidades própria do homem, para a sua sobrevivência e possibilitar suas relações com o estabelecimento de critérios de raciocínio e procedimentos e a busca incansável de definir a realidade. Além de estimular o raciocínio lógico, fazer cálculos de aproximação e estimativas, relacionando-as com as demais áreas do conhecimento. Considerar conhecimento matemático adquirido intuitivamente no dia a dia, de diferentes maneiras, ligadas as diferentes culturas que cada um pertence. Valorizar e reconhecer este conhecimento permite ao professor possibilitar ao aluno emergir seu senso matemático que será traduzido em raciocínio, ação e representação que estarão presentes e os orientarão nas considerações, julgamentos e decisões.

A preocupação fundamental da matemática é o desenvolvimento do conhecimento lógico matemático. No uso do conhecimento físico para construção de relações entre objetos e os conceitos (cor, textura, quantidade, abstração...).

A lógica matemática consiste numa abstração feita a partir de ação de: ordenar, classificar, seriar, entendendo também que é através da matemática que ocorre o desenvolvimento do pensamento aritmético (quatro operações), do pensamento algébrico-geométrico, estabelecendo relações de espaço, localização, figuras, composição e decomposição, permitindo abstrações e generalizações a nível mais profundo do pensamento, substituindo a linguagem usual pelo vocabulário matemático a fim de construir novos conceitos.

É importante desenvolver o pensamento estatístico e probabilidade de analisar situações sociais, econômicas, permitindo a coleta, organização, análise e interpretação de tabelas gráficas.

### **Ciências:**

A ciência permite que o homem compreenda a origem da vida, as relações com a natureza, tornando-o um ser crítico diante dos problemas ambientais e da evolução tecnológica, que desafia os limites do raciocínio humano.

O domínio do fogo, a invenção da roda, a manipulação genética, as descobertas espaciais, tudo é resultado de pesquisas científicas.

A ciência está em tudo que pensamos e fazemos e é através dela que o aluno vai compreender o mundo no qual está inserido. É por meio da Ciência, que o aluno é levado a observar os seres, e o que ocorre com eles, registra resultados, observações e experimentações, conclusões, e ainda contribui para ele pensar, levando e testando idéias, identificando relações para resolver problemas. Também observar objetos do ambiente, como certos acontecimentos se assemelham ou diferenciam. Isso propicia o pensamento lógico que é mais bem desenvolvido por meio de questionamento sobre a vida cotidiana, sobre as coisas que acontecem dentro e fora da sala de aula, sobre fatos e fenômenos da natureza.

A ciência, enquanto disciplina do currículo escolar, tem a incumbência de mostrar-se como conhecimento que colabora para a compreensão do mundo e suas transformações, para reconhecer o homem como parte do universo e como indivíduo ser humano que considera seu corpo com dinamismo e interage com o meio em toda a sua amplitude. Nesta perspectiva pode a ciência contribuir para a formação da integridade pessoal e da auto-estima, da postura de respeito ao próprio corpo e dos outros, entendendo ter a saúde como valor pessoal e social, para a compreensão da sexualidade humana sem preconceitos. E como diz Heisenberger, “a Ciência Natural, não se limita simplesmente a descrever a natureza, ela constitui parte da integração entre a natureza e nós mesmos”.

### **História:**

Nós temos uma história para contar, se não for de nós mesmos, pode ser de alguém, mas história todos tem.

Conhecer a história é adquirir consciência daquilo que fomos e que poderemos ser. É buscar o raciocínio dos fatos que construíram os dias atuais, indispensáveis para a formação do raciocínio histórico. Todos fazem parte da história, homens e mulheres e suas relações com o mundo oportuniza a construção de um melhor entendimento do mundo. O ensino de história mostra ao homem que ele é capaz de mudar a sua própria história e para isso não precisa ser nenhum herói. O ser humano não vive sozinho, ele se comunica, troca experiência, expressa emoções, transforma o seu meio, cria coisas novas, e ao criar, faz HISTÓRIA.

Portanto, partindo da história de vida de cada um e da realidade local, espera-se que a história possa levar o educando a ler e compreender a sua realidade, posicionar-se, fazer escolhas e participar de ações coletivas com vistas a melhoria da sociedade, ampliando o seu conhecimento e de outras realidades, identificando-se como membro de um grupo que estabelece relações com outros grupos, tempos e espaços.

### **Geografia:**

A Geografia tem como objeto de estudo o espaço e levando-se em conta a grande renovação que a geografia passou e vem passando nos últimos tempos, dar conta dessa nova realidade não é muito fácil, pois é necessário ir muito além de uma simples descrição. É necessário estar disposto a abrir novos caminhos com reflexões, análises e críticas. É importante que se leve o aluno a pensar no mundo em que vive a partir de sua condição real, possibilitando a manifestação de diferentes idéias e a sua reflexão. A Geografia existe desde sempre, e nós a fazemos diariamente, pois construímos, destruimos, modificamos, lutamos pela sobrevivência; é nesta luta que temos contrastes geográficos (moradia, transporte, educação, dignidade...).

Se não entendermos como vivem as pessoas e não compreendermos a sociedade em que vivemos certamente não entenderemos a geografia, pois ela aparece como possibilidade de pensar um mundo fragmentado apesar de dizer-se global.

Enfim “A Geografia é a cara da sociedade”.

### **Educação Física:**

Acreditamos na Educação Física, como área que aborda um tipo de conhecimento, denominada cultura corporal de movimento, que tem como temas o jogo, a ginástica, o esporte, a dança e outras temáticas que apresentem relações com os principais problemas dessa cultura corporal de movimento e o contexto histórico-social dos alunos.

A Educação Física é o espaço diferenciado das outras áreas, em função das relações que se estabelecem entre os sujeitos, da flexibilidade do local para serem desenvolvidas as aulas, entre outros. Sendo assim, ela deve oportunizar a todos os alunos para que desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando o seu aprimoramento como seres humanos.

A Educação Física torna-se importante a partir do momento em que garante o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal, vinculada ao Projeto Político Pedagógico da

Escola, contribuindo para a construção de um estilo próprio de praticá-las e oferecer instrumentos para que os sujeitos sejam capazes de desenvolvê-los criticamente.

Isto favorece a autonomia, o desenvolvimento das potencialidades, bons hábitos com o corpo, postura, atenção, concentração, socialização, desinibição, respeito com o colega, contribuindo também com a saúde física, mental e com o bem-estar coletivo.

O corpo aprende, pois a criança participa da aprendizagem de corpo inteiro: pensa, sente emoções, age e se expressa através do movimento e da ação. Por isto, valorizar a Educação Física é valorizar o educando, e possibilitar-lhe maior aprendizagem, novos movimentos e habilidades.

### **Artes:**

O ensino pela Arte visa proporcionar ao educando os meios necessários para que possa se expressar, estimular sua sensibilidade, ampliar sua percepção na leitura do mundo e nas relações que estabelece com seu meio.

O aluno desenvolve sua cultura em Arte, fazendo, conhecendo e apreciando produções artísticas, que são, que integram o perceber, o pensar, o aprender, o recordar, o imaginar, o sentir, o expressar, o comunicar. A realização de trabalhos pessoais, assim como apreciações de seus trabalhos, os dos colegas e a produção artística se dá mediante a elaboração das idéias, sensações, hipóteses e esquemas pessoais que o aluno vai estruturando e transformando ao interagir com os diversos conteúdos de Arte manifesto nesse processo dialógico.

Nas palavras de Miriam Celeste Martins: “Do mesmo modo que existe na escola um espaço destinado à alfabetização na linguagem das palavras e dos textos orais e escritos, é preciso haver cuidado com a alfabetização nas linguagens da Arte”.

O objetivo da Arte-Educação na escola, não é ter um aluno-ator, um aluno-pintor, um aluno-compositor, mas sim dar oportunidades a cada um de descobrir e expressar o mundo e a si próprio.

### **Ensino Religioso:**

Propor questionamentos ao educando, para que este se sinta chamado a colaborar na construção de um mundo justo e fraterno. Para despertar, sensibilizar, fundamentar, educar as atitudes possibilitando respostas aos questionamentos existenciais: Quem sou? De onde vim? Para onde vou? O que busco? Qual é o sentido da vida? Qual é o meu papel na sociedade?

Despertar a consciência da solidariedade, buscando os valores de cidadania (igualdade, justiça, fraternidade...).

## **8.6. Tempo escolar**

O sistema escolar brasileiro vem, há muito, organizando seus tempos escolares, de forma já institucionalizada e que muitas vezes se impõe sobre alunos e profissionais de educação. Porém, a nova legislação permite que cada escola tenha maior autonomia para determinar seus tempos.

Os espaços escolares, assim como os tempos, se constituem a partir das relações entre os sujeitos envolvidos e a estruturação destes tempos e a sua organização serve para que o planejamento seja efetivado.

Assim a preocupação da equipe diretiva volta-se para propostas que visam diminuir a fragmentação entre estes tempos já instituídos, buscando a interdisciplinaridade. Tem sido um desafio: buscar na unidade, na pluralidade em que se expressam os planos culturais, sociais e locais, as ações pedagógicas realizadas na escola.

Alunos organizados em anos caracterizados por diferentes etapas pelas quais passa a criança, tendo como finalidade melhor atender as necessidades da mesma, visando sua promoção no processo de maturação e construção do conhecimento.

Agrupados por níveis de entendimento, de compreensão global de assuntos com interesse coletivo que corresponda à etapa, série, na qual se encontram. Agindo assim há maior eficiência de desenvolvimento no processo de progressão para os avanços nos diferentes níveis. Nossa clientela possui idades parecidas, com raras exceções.

Deste modo, são programados, para cada etapa, que a criança perfaz durante sua trajetória escolar, enfoques diferenciados que evidenciem o ano na qual se encontra, mas que pode ir além das estabelecidas para aquela etapa, através do incentivo, respeitados os diferentes ritmos de aprendizagem. Neste período/ano, se estabelece qual conceito serão construídos; pesquisas realizadas, reflexões requeridas, dando continuidade ao processo de aprendizagem de acordo com o ano escolar do aluno.

Para não haver repetência, os alunos que necessitarem de mais tempo para aprender determinado conhecimento, a estes são oferecidos horários em turno inverso onde é dada ênfase às habilidades e conceitos básicos que dificultam o aprender. Considerando também o processo pelo qual perpassa a criança, sua trajetória, seu conhecimento, a mudança de postura e amadurecimento comportamental e cognitivo necessários para a etapa que se encontra.

Este processo é desenvolvido e avaliado num tempo previsto no calendário escolar de um ano letivo com 200 dias, 800 horas e 4.800 minutos, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver (Lei nº 9.394/96, art. 24, inciso I). Estes duzentos dias são separados por bimestres.

Os tempos são divididos em períodos de 45 minutos.

A frequência mínima exigida no Ensino Fundamental será de no mínimo 75% do total dos dias de efetivo trabalho escolar em cada ano letivo.

Quanto ao currículo, é organizado com conteúdo, metodologias, recursos e avaliação que são trabalhadas conforme o entendimento, interesse, necessidades e tempo de aprendizagem dos alunos. Salienta-se a importância de ter flexibilidade na construção e viabilização dos assuntos trabalhados, de acordo com o interesse, nível de compreensão e idade dos alunos.

## **8.7. Organizações da instituição educativa**

### **8.7.1 Infraestrutura**

O terreno da E.M. Jesus Maria José situa-se junto ao Centro Administrativo Municipal. Há na escola uma pequena praça com balanços, gangorra, escorregador, casinha, caixa de areia. Para as aulas de educação física, é utilizado o ginásio público municipal. A escola possui seis salas de aula, quatro banheiros, secretaria, cozinha, sala de professores e um pequeno hall de entrada. A instituição oferece dois níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, funcionando no turno matutino e vespertino. Há um total de 217 alunos sendo, 82 da Educação Infantil e 129 do Ensino Fundamental. O agrupamento das crianças é feito por idade. Nas turmas de creche frequentam educandos de três anos, no pré-escolar I a idade é de 0 a 4 anos, no pré-escolar II é 5 anos. A partir dos 6 anos os alunos ingressam no Ensino Fundamental. Cada turma de creche comporta em média 7 crianças, nas turmas de pré-escola, em torno de 18 alunos, nas turmas de Ensino Fundamental, a média é de 20 alunos. Faz parte do corpo técnico administrativo uma diretora e o supervisor pedagógico, e este atua em todas as escolas municipais, de acordo com as necessidades. O corpo docente é formado por 20 educadores. Todos com ensino superior completo e vários deles, com cursos de pós graduação.

### **8.7.2 Professores e suas funções:**

Ana Paula Lazaretti: Pré I e Pré II (matutino e vespertino)

Clíssia Schawntz: 5ª série (Português, Inglês e Arte)  
Clarise Fatima Tirelli: 2º ano (vespertino)  
Dilema Dal Santo Bonatti: 4ª série (vespertino)  
Diana Maria Gambetta: 5ª série (Matemática)  
Elaine Adília da Silva Paula (Maternal)  
Fabiane Galli: 5ª série (Ciência, Técnicas Agrícolas e Ensino Religioso)  
Ivone Drachemberg Lher: 1º ano (vespertino)  
Josué Basso: 5ª série (Educação Física)  
Lieda Maria Schwantz Marcon: Pré I e II (matutino e vespertino)  
Marlene Tonet:  
Lovaine Bes Basso: 4ª série (vespertino)  
Maria Goreti De Carli: (Secretaria e reforço - licença saúde)  
Marines Cornelli: 3º ano (matutino)  
Neiva Aparecida Falcão: 2º ano (matutino)  
Silvia Mecca: 1º ano a 4ª série (Educação Física)  
Sirlei dos Santos Puton: Pré II (matutino)  
Tiago Augusto Pires: 5ª série (História e Geografia)  
Vanda T. Longhi Tonello: 3º ano (vespertino)

### **8.7.3 Funcionárias e suas funções:**

Edi Fontana: Bibliotecário  
Cleusa Poletto: Bibliotecária  
Dosolina Ana Maestro: Merendeira  
Fabiana Martins Ábido: Servente  
Neusa de Oliveira: Servente  
Nilse Padilha de Mello: Servente  
Roseli Rodrigues: Servente  
Rosângela Baréa: Responsável pelo transporte, merenda, cuidar os alunos no recreio e compras da escola.

#### **8.7.4 Horário de funcionamento:**

Matutino: 7:30 às 11:30      Vespertino: 13:00 às 17:00

#### **8.7.5 Turmas em curso e número de alunos estão organizadas da seguinte forma:**

Creche: A faixa etária matriculada é de três anos e freqüentam 19 alunos.

Pré-escolar I e II: No pré escolar I e II freqüentam 66 alunos de uma faixa etária entre quatro e cinco anos.

Primeiro ano: Os 16 alunos que freqüentam o primeiro ano estão com idade de seis anos.

Segundo ano: No segundo ano, os 23 alunos numa faixa etária de sete anos.

Terceiro ano: O terceiro ano conta com 36 alunos com idade média de oito anos.

Quarta série: Na quarta série tem 34 alunos e a faixa etária esta entre nove e dez anos (Dois alunos com 14 anos).

Quinta série: Os 23 alunos da quinta série tem idade entre dez e doze anos.

#### **Total: 217 alunos**

No turno matutino são atendidas as turmas de pré-escolar II, segundo e terceiro ano, quarta e quinta séries, no turno vespertino são atendidos os alunos da creche, pré escolar I, primeiro, segundo, terceiro ano e quarta série.

#### **8.7.6 Diretora: Sueli Fátima Sacon**

#### **8.7.7 Representantes do Conselho Escolar: gestão 2010/2012**

Posse: 08/05/2010

**Presidente:** Silvana Filipini Fior

**Vice-presidente:** César Paulo Bonatti

**Primeiro tesoureiro:** Jair Nickrn

**Segunda Tesoureira:** Salete Serpa

**Primeira secretária:** Lovaine Ana Basso

**Segunda secretária:** Lieda Maria S. Marcon

**Membro Nato:** Sueli Fátima Sacon

#### **Conselho Fiscal:**

Roseni de Fátima R. Santin

Rosane Aparecida Aresi

Marines Cornelli

## **8.8 Calendário escolar**

O calendário escolar é organizado a partir do calendário oficial da SMEC/2010, contemplando os 200 dias letivos de trabalho com as crianças. (Anexo calendário)

## **IX- PROPOSTA PEDAGÓGICA**

Como o processo de educar, ensinar e aprender é um processo complexo e dinâmico, a qualquer momento do desenvolvimento do trabalho pedagógico, sempre que sentir necessidade é preciso reavaliar, isto é, verificar se de fato a aprendizagem está ocorrendo, quais os avanços e necessidades demonstradas para o redimensionamento das ações de modo que todos atinjam um nível de elaboração conceitual aceitável.

Para discutir, elaborar e executar a proposta pedagógica é preciso ter claro que os textos e materiais a serem utilizados devem ter íntima relação com o cotidiano dos educandos. A cultura, as experiências e vivências dos alunos merecem grande valorização por parte do educador.

Portanto, há que se levar em conta o contexto social do aluno e da comunidade em que ele vive; os conteúdos devem ser significativos, pois o educando é o agente do processo de ensino-aprendizagem e deve lutar pelas questões sociais que o farão agente transformador da realidade.

### **9.1. Concepção de Educação inclusiva**

A Inclusão é um desafio que ao ser devidamente enfrentado pela escola regular, provoca melhoria na qualidade da educação. É indispensável que a escola aprimore suas práticas pedagógicas a fim de atender as diferenças respeitando as especificidades dos educandos com ou sem necessidades especiais para que possam exercer o direito à educação com qualidade.

São extremamente importantes os subsídios de Vygotsky para a concepção de escola inclusiva, pois o autor afirma que a interação entre crianças, com ritmos diferenciados de aprendizagem, constitui-se fator positivo, já que o companheiro mais experiente influencia o

menos experiente, favorecendo a apropriação de conhecimentos, pois é na e pela interação que estes são historicamente construídos.

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência, mas sim recursos, ferramentas, linguagens, tecnologias que ocorram para diminuir, eliminar as barreiras aos processos de ensino e aprendizagem.

Os educadores necessitam de formação continuada para aprimorar seus conhecimentos e inovar as práticas pedagógicas de acordo com os paradigmas inclusivos.

Na educação inclusiva a aprendizagem ocorre quando o ambiente escolar e as atividades de intervenções do educador liberam, emancipam, dando-lhe espaço para pensar, decidir e realizar suas tarefas segundo seus interesses e possibilidades valorizando as diferenças. Na verdade é o educando que se adapta ao novo conhecimento e só ele é capaz de regular seu processo de construção intelectual.

## **9.2. Concepção e finalidades da Educação Infantil**

A concepção de infância vem se construindo historicamente de acordo com a organização de cada sociedade e das estruturas sociais e econômicas.

As idéias a respeito do desenvolvimento, cuidados e da educação foram se modificando através dos anos.

A idéia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre da mesma maneira. Ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se na sociedade feudal a criança tinha um papel produtivo, assim que ultrapassava o período de alta mortalidade infantil, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura (Kamer, 1992, p.19).

As crianças são sujeitos que sentem, pensam o mundo de jeito próprio e que é através das interações sociais e com o meio que aprendem desenvolvem-se e constroem seus conhecimentos. É diante das relações sociais, das trocas e vivências que se descobre como um ser cultural, participante da história, que possui costumes, valores, hábitos, tradições, e que as influências da cultura transforma-se num processo de humanização.

É importante ressaltar a importância da educação infantil por ser a etapa em que a criança se desenvolve no meio em que esta inserida e nos diferentes aspectos: cognitivo,

social, psicológico e emocional de forma qualitativa e quantitativa. O desenvolvimento não ocorre de forma separada, por área, mas sim num todo.

A criança aprende através das diferentes linguagens. Na brincadeira, na oralidade, construindo, explorando os espaços, na corporeidade, nas diversas áreas da Arte.

A educação infantil principia um trabalho educativo de qualidade utilizando-se do conhecimento científico como meio de exercício da cidadania, solidariedade e autonomia frente as condições do meio.

### **9.3. Concepção e finalidades da Alfabetização**

A alfabetização e o letramento são processos vivenciados em toda a vida do ser humano. A escola contribui para a apropriação de diferentes formas de linguagem, porém, o letramento e a alfabetização ocorrem além dos muros da escola, nas mais diferentes instâncias do cotidiano dos educandos.

Neste sentido,

A alfabetização não pode ser reduzida a um aprendizado técnico-lingüístico, como um fato acabado e neutro, ou simplesmente como uma construção pessoal intelectual. A alfabetização passa por questões de ordem lógico-intelectual, afetiva, sócio-cultural, política e técnica (FREIRE, 1996, p. 60).

É na instituição escolar que ocorre a alfabetização e a sistematização do saber. Por isso, não é possível dissociar a alfabetização do letramento, uma vez que a língua é uma construção histórica.

Assim sendo, é papel do educador mediar o processo de ensino-aprendizagem, valorizando os conhecimentos trazidos pelos educandos no sentido de transpô-los ao “conhecimento letrado”.

O educador tem de considerar o educando como um ser pensante. É um portador de idéias e um produtor de idéias, dotado frequentemente de alta capacidade intelectual, que se revela espontaneamente em sua conversação, em sua crítica aos fatos, em sua literatura oral (PINTO, 2000, p. 83).

O educador desempenha um papel fundamental no sentido de trabalhar na perspectiva de que a alfabetização e o letramento são atividades interativas que fazem parte das diferentes formas de linguagens presentes no cotidiano do educando. Ele precisa então, buscar o constante aperfeiçoamento teórico, re-significando sua prática permanentemente, oportunizando aos educandos a alfabetização e o letramento, indispensáveis para o exercício da cidadania.

#### **9.4. Concepção de:**

HOMEM – No sentido amplo, homem é qualquer membro da espécie humana, com seus aspectos e particularidades.

O homem como ser social é resultado de processos sociais e da cultura que o antecedem. Constantemente recebe estímulos diversos e diversamente organizados aos quais responde por comportamentos sistematizados e de significação.

SOCIEDADE – É o agrupamento de indivíduos entre os quais se estabelecem relações econômicas políticas e culturais.

Numa sociedade existe unidade de língua e cultura e seus membros obedecem a leis, costumes e tradições comuns unidos por objetivos que interessam ao conjunto ou às classes que nele predominam.

EDUCAÇÃO – É o processo pelo qual são mediados conhecimentos e atitudes necessárias para que se tenham condições de integrar-se na sociedade.

CONHECIMENTO – É o conjunto daquilo que se aprende, domínios onde se exerce a aprendizagem, exercícios filosóficos e científicos de obtenção do saber.

#### **9.5. Concepção de conhecimento e currículo**

[...], que os currículos ensinem a pensar, abrindo com e para os alunos a possibilidade de caminharem no sentido da humanização do homem, das instituições e da sociedade, da definição de objetivos, da construção de utopias e projetos do tratamento das diversas áreas do conhecimento nas suas dimensões ética e humanística para o pleno exercício da cidadania e desenvolvimento das tarefas de natureza profissional”. Gabriel Mário Rodrigues

Entendendo que o currículo escolar contempla um conjunto de conhecimentos relacionados e interdependentes, com diversos níveis de complexidade e ampliação de conceitos, e estes são todas as ações pedagógicas que a escola se determina a realizar e também aquelas que não estão determinadas a ensinar, embora se ensine (currículos ocultos). É importante considerar que o currículo é o centro da atividade educacional, pois ele é um instrumento pelo qual a escola concretiza sua responsabilidade educacional em relação aos alunos e à própria sociedade.

Na construção do currículo necessário que não exclua as crianças via reprovação, é necessária uma reflexão constante sobre o que se ensina para que esta possa formar sua

própria identidade e não precisando aceitar e seguir tudo o que os pacotes curriculares da proposta neoliberal oferecem através dos meios de comunicação ou dos livros didáticos padronizados. Portanto, uma proposta curricular deve ter objetivos e metas claras a serem alcançadas e planejadas, onde o aluno tenha clareza e desejo de aprender através da motivação proporcionada pelo professor.

A construção de currículo “com crítica” onde toda a comunidade seja envolvida, que professor e aluno extrapolem seu meio para novos desafios, aproveitando seus recursos, descobrindo novos conteúdos para a escola e que estes sejam questionados, permitindo ao aluno a leitura do mundo, através dos conteúdos, métodos, relações sociais, em que seja possível a construção e a reconstrução do conhecimento que só acontecerá quando existir articulação entre disciplinas e estas estabelecerem relações com os temas que enfatizam a realidade fundamentada com teoria e a prática. Os conhecimentos intrínsecos dos alunos, precisam ser acolhidos para que se sintam encorajados e possibilitados de realizar pesquisas e questionamentos.

Da mesma maneira uma proposta curricular que pretende re-significar os papéis assumidos pelo professor, aluno e objeto de conhecimento, no processo ensino aprendizagem, enfatizando o desejo de conhecer e de saber de todos os envolvidos, mantendo um vínculo de boa qualidade com o conhecimento; ordenando e reordenando o trabalho na direção de saber buscar informações. A informação deixa de ser o foco principal e passa a ser a pesquisa e o domínio de habilidades na busca de informações, a tarefa principal da escola.

Assim sendo o currículo deve ter caráter transformador, ser visto como forma política, cultural, demandando pensar categorias sociais, culturais, políticas e econômicas, legitimando uma prática discursiva. Da mesma forma, propor que o professor como intelectual transformador, seja também um pesquisador em ação, que reflita sua prática e avance em termos de conhecimento e aperfeiçoamento profissional.

Então “compreender o currículo como parte de uma luta mais ampla entre discursos dominantes e subordinados” que acolhe as experiências e as vozes dos estudantes contribuindo para o fortalecimento do seu poder.

## **9.6- Visão de futuro**

É através da Educação que o ser humano se completa como indivíduo, consciente e capaz para enfrentar o mundo em que vivemos. É na busca da informação que o homem se

completa como sujeito no agir e interagir na sociedade, contribuindo e promovendo espaços para pesquisas, novos projetos, etc, com os quais tem condições de desenvolver e ampliar seus conhecimentos.

## 9.7- Filosofia da escola

*“Educação de qualidade para o desenvolvimento global do ser humano”*

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jesus Maria José, assume uma proposta de escola participativa e cidadã, proporcionando à comunidade escolar a opção de uma educação onde todos possam se realizar integralmente desenvolvendo potencialidades, participando ativamente como membro da sociedade, sendo agente transformador, vivenciando e defendendo suas próprias idéias.

## X. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Avaliar significa emitir um juízo de valor sobre a realidade que se questiona, seja propósito das exigências de uma ação que se projetou realizar sobre ela, seja propósito das suas conseqüências. Portanto, a atividade de avaliação exige critérios claros que orientem a leitura dos aspectos a serem avaliados. (PCNs, v.1, p.86)

A Avaliação tem como função acompanhar o processo abrangente de aprendizagem na organização do ensino e nas relações que se estabelecem na sala de aula.

Para “ensinar” é necessário estar em constante reflexão sobre a prática pedagógica, corrigindo e selecionando ações de forma crítica e dinâmica.

O Processo Ensino-Aprendizagem deve incorporar e valorizar a diversidade de conhecimentos e de processos de sua construção e socialização.

Sendo processo, ela deve ir acontecendo não somente no final de etapas, mas durante a condução do Ensino-Aprendizagem para que se possam perceber falhas ocorridas e projetar novas metodologias.

Há necessidade da reconstrução do processo de avaliação como parte de um movimento articulado pelo compromisso com o desenvolvimento de uma prática pedagógica

comprometida com a inclusão, com a pluralidade, com respeito às diferenças, com a construção coletiva.

A Avaliação só faz sentido se estiver a serviço da aprendizagem. Devemos criar exercícios práticos adequados ao desenvolvimento e a medição de competências; ser humildes o suficiente para analisar nossa própria prática e nossas atividades de ensino, mudando-as quando não forem eficientes.

A avaliação é de fato um instrumento que possibilita organizar e, se necessário, reorganizar a atuação do profissional da educação para que todos os Educandos aprendam, sendo respeitados nas suas especificidades, pois ela aponta para a continuidade ou para a necessidade de retomar, de reaprender ou mesmo reestruturar estratégias, técnicas e atividades aplicadas nos processos de ensino.

O professor deve modificar a forma de ensinar após cada processo de avaliação, buscando maneiras diferentes de trabalhar para atingir um mesmo objetivo. Ele deve ter sempre em mãos diversas possibilidades de execução de tarefas significativas, em vez de exercícios formais esvaziados de sentido. Ele não pode esquecer-se de que todo o desempenho exige interpretação. O aluno também precisa corrigir sua ação após cada processo para aprender com os erros, não comete-los mais e assim progredir.

É necessário ter objetivos claros, saber o que os alunos já conhecem e preparar o que eles devem aprender tudo em função de suas necessidades (avaliação inicial). O segundo passo é selecionar conteúdos e atividades adequadas àquela turma (avaliação reguladora). Periodicamente, deve separar e analisar o que já foi feito para medir o desempenho dos estudantes (avaliação final). Ao final, todo o processo tem de ser repensado, de forma a mudar os pontos deficientes e aperfeiçoar o ensino e a aprendizagem (avaliação integradora). A avaliação tem que ser diagnóstica.

Esta proposta requer observações, registros e análises contínuas do processo de elaboração do conhecimento pelo aluno, registrando através de relatórios orais e escritos, individuais e grupais seu crescimento e desenvolvimento no que se refere a domínios de conteúdos, responsabilidade, busca de crescimento, capacidade de organização, comunicação e relacionamento coletivo.

A Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB, em seu artigo 24, inciso V, letra “c”, garante aos educando, estudos de recuperação de preferência paralelos ao período letivo. Esta avaliação e/ou recuperação paralela constituir-se-á para este projeto, no cotidiano escolar, parte fundamental da superação de realidades históricas de

ineficiência no processo didático e pedagógico, quando a concepção como um todo de avaliação diagnóstica e processual for inerente à prática dos educadores.

A recuperação paralela deverá vir acompanhada de nova avaliação que possibilite ao Educador, a percepção da aprendizagem pretendida, e, em acontecendo a recuperação, as notas ou registros anteriores, deverão ser reavaliados e substituídos como forma de considerar e valorizar o processo de aquisição do conhecimento e não somente o resultado.

A Proposta Curricular do Ensino Fundamental, organizado em séries anuais, em nove anos, trabalhará com avaliação processual, contínua e registro numérico em todos os anos e séries. É importante destacar que para o primeiro ano do ensino fundamental, não haverá a retenção dos alunos, exceto pela frequência anual inferior a 75%.

Esta avaliação dar-se-á de acordo com a Lei complementar nº 48 /97, de 22/12/97, em seu artigo 39.

“A avaliação deve ser uma reflexão constante de todos os segmentos que constituem o processo de ensino e aprendizagem, como uma forma de superar as dificuldades, retomando, reavaliando, reorganizando e reeducando os sujeitos envolvidos”.

I – de forma investigativa, diagnóstica e emancipatória, concebendo a educação como a construção histórica, singular e coletiva dos sujeitos;

II – como um processo contínuo, cumulativo, permanente, que respeite as características individuais e as etapas evolutivas e sócio-culturais;

III – através de Conselhos de Classe Participativos, que envolvam todos os sujeitos no processo, cabendo-lhes definir sobre encaminhamentos e alternativas.

- 1 Para efeito de registro e acompanhamento da aprendizagem dos alunos o processo de avaliação será bimestral. As notas correspondentes às avaliações dos educandos serão numéricas, de 1,0(um) a 10,0(dez), podendo ser registradas em números não inteiros, com intervalos de meio ponto (0,5);
- 2 A avaliação da Educação Infantil será feita através de registros descritivos de acordo com o desenvolvimento de educando.
- 3 Os educandos que freqüentarem a turma de primeiro ano terão registro de avaliação numérico, porém sem retenção no final do ano letivo, exceto os casos

que obtiverem frequência anual inferior a 75%.

- 4 Considerar-se-á aprovado o educando que, na soma das notas dos quatro bimestres, atingirem no mínimo 20,0 (vinte) pontos;

## **XI - REGIMENTOS DA INSTITUIÇÃO**

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jesus Maria José segue o Regimento Unificado da Rede Municipal de Ensino. (Anexo)

## **XII – ATA DA ASSEMBLÉIA QUE APROVA O PPP**

(Xerox anexo)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARSA – Nova Enciclopédia. Volume 13; Ano 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Currículo Nacional do Ensino Básico: **Competências Essenciais**. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. **Ensaio Pedagógico – Construindo Escolas Inclusivas**. 1.ed. Brasília: MEC – SEESP, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90. São Paulo: CBIA – SP, 1991.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Documento introdutório. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: MEC, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da Inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília, 2005b.

\_\_\_\_\_. Diretrizes 3, **Organização da Prática Escolar na Educação Básica**, 2001.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC / SEF,1997.

CADERNOS PEDAGÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre, RS, 1999.

ESCOLA, Nova. A Revista do Professor. Ministério da Educação. FNDE, nº 138, Dezembro de 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1997.

KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil, São Paulo, Cortez.1994.

RESOLUÇÃO CEB. nº 1, de 7 de abril de 1999.

RESOLUÇÃO CEB. nº 2, de 7 de abril de 1998.

RESOLUÇÃO CNE. nº 1, de 17 de junho de 2004.

RESOLUÇÃO CNE. nº 2, de 11 de setembro de 2001.

RESOLUÇÃO COMED. nº001, de 27 de outubro de 2008.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina. Educação Infantil. Ensino Fundamental e Médio (Disciplinas Curriculares).** Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Desporto. Florianópolis. GOGEN, 1998.

\_\_\_\_\_. SEE/SC 1997.

\_\_\_\_\_. 1ª Versão. 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 21 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Lei Complementar nº 48. Chapecó,1997.

## ANEXOS

Anexo 01: Planos anuais

Anexo 02: Calendário Escolar 2010

Anexo 03: Regimento Unificado da Rede Municipal de Ensino

Anexo 04: Ata da Assembléia

Anexo 05: Grades Curriculares por série